



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

O Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMP pelo presente edital e por intermédio da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, cadastrada no CNPJ sob o n.º 10.831.183/0001-40, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, designada pelo Ato PGJ n.º 106/2010 do Procurador-Geral de Justiça, torna público que, tendo em vista o que consta no Procedimento Interno n.º 432459/2010, fará realizar **PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço global**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com o Ato PGJ/AM 277/2007, com o Ato PGJ/AM 389/2007, com a Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, pelo Decreto Estadual n.º 21.178/2000, e subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. O contrato será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

LOCAL: Auditório Gebes de Melo Medeiros, 1º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Av. Coronel Jorge Teixeira, n. 7.995, Nova Esperança II, CEP 69.037-480, Manaus – AM.

Data: 12/5/2011.

Horário: 9h

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a *contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de estação de tratamento de efluentes – ETE compacta, incluindo a execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente*, para atender às demandas do novo prédio anexo da Procuradoria-Geral de Justiça do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

1.2. Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:

- a) Anexo I – Projeto Básico n.º. 001/2011 – FAMP e seus Anexos;
- b) Anexo II – Minuta de Contrato;
- c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Credencial;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou EPP;
- f) Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

g) Anexo VII – Modelo de Proposta;

h) Anexo VIII – Planilha de Composição do BDI.

1.3. O objeto compreende o fornecimento e instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, Compacta, incluindo a execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente, para atender à nova sede administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público do Estado do Amazonas.

1.4. A ETE Compacta deverá possuir módulo único, ser completa e automatizada, para tratamento biológico de esgotos sanitários, com capacidade para tratar contribuições de esgotos de aproximadamente 600 pessoas, correspondendo uma vazão diária de 28m³ de esgoto de forma a atender a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente (específica de Manaus).

1.5. A ETE deverá ser instalada sobre o solo, em uma base de concreto armado (radier), onde será construída uma casa de máquina, sendo esta área delimitada com muro e gradil padrão MPE/AM, e com sua interligação elétrica e sanitária.

1.6. O objeto deste Edital consiste, ainda, na demolição de antiga ETE de concreto armado, situada em local onde será construída passagem de veículos, estacionamento com cobertura padrão do MPE/AM, com rampa para veículos e pedestres, conforme projetos de engenharia.

1.7. Do recebimento do objeto deste Edital:

1.7.1. No prazo de 15 (quinze) dias corridos da comunicação, a Contratante **receberá provisoriamente** o objeto deste Edital, e

1.7.2. **Definitivamente**, em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após verificação da conformidade do mesmo com as condições pactuadas.

1.7.2.1. O **recebimento definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico, verificados posteriormente.

2. DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA

2.1. As empresas licitantes deverão realizar vistoria ao local da obra, sob o acompanhamento de representante da PGJ-AM, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer o local e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

2.2. As visitas deverão ser previamente agendadas, com antecedência mínima de



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

24 (vinte e quatro) horas, com servidor da Divisão de Serviços Gerais/ Setor de Engenharia desta PGJ-AM, pelo telefone (92) 3655-0739, no período das 08h às 15h;

2.3. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão emitir atestado de vistoria, a ser assinado por representante da PGJ-AM, conforme modelo do *Anexo VII - Atestado de Vistoria do Projeto Básico nº 001/2011 – FAMP*, anexo a este edital, sendo que tal verificação será de inteira responsabilidade das licitantes.

2.3.1. A vistoria deverá ser realizada por técnico devidamente credenciado pela empresa licitante, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no *Anexo VI – Credenciamento para Vistoria Técnica*, integrante do citado Projeto Básico.

2.4. O Atestado de Vistoria deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, dentro do envelope da Proposta de Preços;

2.5. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução do objeto deste Termo de Referência.

2.6. A licitante que não realizar a vistoria no prazo estabelecido terá sua proposta desconsiderada para efeito de julgamento.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

3.2.1. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;

3.2.2. Empresa que possua sócios, diretores, gerentes ou quadro técnico, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até 3º grau, de funcionário público, inclusive dos membros, vinculados ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL ou de servidores ocupantes de função de confiança ou de cargo de direção, chefia e assessoramento;

3.2.3. Licitante que possua, em sua diretoria, integrante participando em mais de uma proposta;

3.2.4. Empresa estrangeira que não funcione no País, nem interessado que se



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

encontre sob falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aquela que tenha sido declarada inidônea ou esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo da prestação dos serviços objeto deste Edital deverá ser de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa CONTRATADA, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da proponente deverá apresentar, inicialmente em separado dos envelopes, documento que o credencie a participar desta licitação respondendo por sua representada, devendo, ainda, identificar-se civilmente exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

5.1.1. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou instrumento particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, dar descontos, assinar Ata de Registro de Preços e demais atas e planilhas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/ outorgante (conforme Anexo III do Edital).

5.1.1.1. Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento é obrigatória a apresentação da Procuração original que concede poderes ao Procurador.

5.1.1.2. No caso de representação por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil, acompanhado do respectivo Contrato ou Estatuto Social, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

5.1.1.3. Quando a licitante se tratar de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá informar tal condição já na sessão de credenciamento, conforme modelo de declaração constante do *Anexo IV* deste Edital, sendo que a falta dessa informação não descredenciará a



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

mesma, entretanto implicará no fato de que, havendo empate técnico ou ficto, a licitante não fará jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

5.1.1.4. A condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

I – **empresas optantes pelo Sistema Simples Nacional**, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* do Governo Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoes/Simples.app/ConsultarOpcao.aspx>;
- b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

II – **empresas não optantes pelo Sistema Simples Nacional**, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) cópia do contrato social e suas alterações, ou a consolidação constante da última alteração contratual; e
- e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, relativos a este Pregão será pública,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com o Ato PGJ/AM 389/2007, a Lei 10.520/02 e com o Decreto Estadual nº 21.178/00, com a Lei nº 10.520/02 e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário neles determinados.

6.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, deverão ser apresentados em dois envelopes distintos e fechados, contendo os seguintes sobrescritos:

a) Envelope nº 01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
PREGÃO PRESENCIAL N. ____/2011
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE
ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇOS

b) Envelope nº 02

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
PREGÃO PRESENCIAL N. ____/2011
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE
ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2. Antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar por meio de instrumento próprio, conforme item 5 deste Edital, poderes para formulação de lances verbais, sob pena de impedimento de participação nesta fase, descontos e para a prática dos demais atos do certame.

6.3. Uma vez entregues os credenciamentos e identificadas todas as licitantes presentes e aberta pelo menos um dos envelopes de propostas, não será permitida a participação de retardatários.

6.4. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência ao Pregoeiro de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de exclusão do certame (**conforme Anexo III do Edital**), e entregarão os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, procedendo-se à imediata abertura dos envelopes de propostas de preços e à verificação da conformidade destas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas cujos preços estejam acima dos estimados pelo setor solicitante da licitação.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços, e os documentos que a instruir, deverá ser apresentada através de carta datilografada ou impressa, em *02 (duas) vias de igual teor e forma*, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numeradas sequencialmente, preferencialmente em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

representante legal.

7.2. A Proposta de Preços deverá:

7.2.1. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (*e-mail*), se houver, para contato;

7.2.2. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.2.3. Ser apresentada com cotação de preços em moeda nacional (Real), expressos em algarismos e por extenso, válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta;

7.2.4. Conter preços por item, em planilhas que indiquem a composição dos custos unitários conforme as descrições constantes do Projeto Básico nº. 001/2011 – FAMP e seus anexos (*Anexo I deste edital*) e Modelo de Proposta de Preços (*Anexo VII*);

- a) Carta Proposta de Preços: de acordo com o Modelo apresentado no Anexo VII - Modelo de Carta Proposta de Preços;
- b) Planilha Orçamentária contendo os custos unitários, BDI's e preços unitários e totais, de cada item de serviço. Deverão compreender todos os ônus e obrigações concernentes a legislação social, trabalhista, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da administração e manutenção das obras, fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra e, ainda, as bonificações da licitante necessárias a completa realização dos serviços e sua entrega perfeitamente concluída;
- c) Planilha de Composição de BDI, conforme modelo constante no *Anexo VIII*. O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.
- d) Cronograma Físico-Financeiro com a indicação dos valores e percentual de desembolso mensal, total e acumulado dos serviços;
- e) Declaração de que executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo Ministério Público do Estado do Amazonas e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados, conforme Anexo VII deste Edital.

7.2.4.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

serão considerados os primeiros, estando autorizado o Pregoeiro a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global total;

7.2.4.2. Observar a **Composição dos Custos Unitários** de cada item de serviço, devendo os licitantes aplicarem encargos sociais sobre preços da mão de obra diferenciados para os trabalhadores horistas e mensalistas, conforme a Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa e Custos e Índices da Construção Civil expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF.

7.2.5. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos a mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (considerou-se 25%), bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

7.2.5.1. Todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-AM referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por todos os serviços executados.

7.2.6. Na proposta deverá constar a marca e o modelo / referência de todos os equipamentos e materiais necessários à execução da obra, conforme especificações fornecidas, para aprovação da CONTRATANTE.

7.2.6.1. Todo material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física/ jurídica licenciada junto aos órgãos competentes.

7.2.7. Conter declaração expressa que nos preços incluem, além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes, materiais, serviços, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

7.2.8. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;

7.2.9. Conter expresse prazo de execução, em conformidade com o *Projeto Básico nº. 001/2011 – FAMP, Anexo I do Edital*.

7.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

7.4. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.5. A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de entrega, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

7.6. Quando na proposta de preços não constar o prazo de entrega e o prazo de validade, entende-se que estão aceitos os constantes do Edital.

7.7. Serão aceitas propostas escritas apresentadas por representante não credenciado ou sem poderes para formular lances verbais, bem como propostas enviadas via postal, ficando impedidas, entretanto, de participação na fase de lances.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

8.1.1. Apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos;

8.1.2. As propostas com preços excessivos, assim consideradas aquelas que apresentarem preço global superior ao preço global estimado para a presente licitação;

8.1.3. Apresentarem preços unitários superiores aos constantes do Orçamento Sintético – Anexo III do Projeto Básico nº. 001/2011 – FAMP;

8.1.4. Não atendam as exigências do Edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.2. As propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles muito abaixo dos preços de mercado, conforme previsão do art. 48, II da Lei 8.666/93 e suas alterações, deverão ter sua demonstração de viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado;

8.2. A classificação das propostas será pelo critério do menor preço global.

8.2.1. Concluída a fase de classificação, o Pregoeiro dará início à etapa de oferecimento verbal de lances pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.2. Serão classificados para a fase competitiva, pelo Pregoeiro, o



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

proponente que apresentar a proposta aceitável de menor preço para o item e os proponentes que apresentarem as propostas com valores até 10% superiores àquele. Se não houver pelo menos três ofertas de acordo com esta condição, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três).

8.3. Aos proponentes classificados conforme **subitem 8.2**, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

8.3.1. A desistência de apresentar lance, oralmente, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da fase competitiva e a impossibilidade de vir a formular lances na rodada subsequente, salvo do que propôs o menor preço, se este não for superado pelas novas ofertas.

8.3.1.1. O silêncio do representante da empresa ou não formulação do lance, após a terceira chamada do Pregoeiro, implica desistência de apresentá-lo.

8.3.2. A fase de lances verbais não ultrapassará o limite **máximo de 05 (cinco) minutos**, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos, a critério do Pregoeiro, quando houverem muitos licitantes.

8.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

8.5. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor valor final obtido.

8.6. A primeira empresa classificada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar nova proposta nos valores referentes ao lance vencedor, incluindo todas as planilhas anteriormente apresentadas, inclusive:

8.6.1. Composição dos custos unitários de cada item de serviço.

8.7. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito. Sendo aceitável a proposta, o Pregoeiro dará por encerrada a etapa competitiva e ordenará as ofertas.

8.8. Será assegurado às Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte - EPP, o direito de preferência em caso de empate.

8.8.1. Considerar-se-á empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

8.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.7.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.8.4. Os dispostos nos subitens 8.7., 8.7.1., 8.7.2. e 8.7.3. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.8.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens 8.7., 8.7.1., 8.7.2., 8.7.3. e 8.7.4., o objeto licitado será adjudicado em favor do menor lance originalmente vencedor do certame.

8.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no Edital.

8.10. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

8.11. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo o respectivo proponente, uma vez habilitado, declarado vencedor.

8.12. Nas situações dos itens 8.6 e 8.9, bem como quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances oralmente, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e a sequência legal dos atos, em rigorosa ordem cronológica e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos representantes das licitantes presentes.

8.14. O licitante vencedor deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, apresentar ao Pregoeiro, uma nova proposta contendo o valor final, resultante da fase de lances, para anexar aos autos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Relativos à Habilitação Jurídica:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

9.1.1. Registro comercial em se tratando de empresário;

9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, para as sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

9.1.3. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades simples e demais entidades.

9.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.5. Os documentos indicados nos itens 9.1.1. a 9.1.3. deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Relativos à Regularidade Fiscal:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), inscrição Estadual ou Municipal, em validade;

9.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e Seguridade Social através da apresentação dos seguintes documentos:

9.2.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto Federal nº 5.512, de 15/08/2005, admitindo-se que seja emitida via INTERNET, no original;

9.2.2.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), admitindo-se a apresentação de certidão emitida via INTERNET, no original, no número de vias solicitadas neste Edital, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular da licitante, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;

9.2.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, em validade;

9.2.2.4. A aceitação de certidões emitidas via *Internet* ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

9.2.2.5. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como dos equiparados com receita bruta anual igual ou inferior a R\$2.400.000,00, enquadrados nos termos no art.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

34 da Lei nº 11.488/07 e art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/2006, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 42 da Lei Complementar nº 123/07 e Art. 4º do Decreto nº 6.204/2007).

9.2.2.6. As microempresas, as empresas de pequeno porte e seus equiparados, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

9.2.2.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

9.2.2.8. A declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4º, § 2º, do Decreto 6.204/07);

9.2.2.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 13 deste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais, sendo facultado ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

9.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.3.1. Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis da licitante, do último exercício social (2009). No caso ainda, de empresa constituída como Sociedade Anônima, deverá, obrigatoriamente, comprovar que o Balanço Patrimonial está arquivado na Junta Comercial da Sede ou Domicílio da licitante, conforme art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76. Nesta oportunidade, a empresa deverá demonstrar sua boa situação de liquidez, através da seguinte fórmula financeira:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\geq 1}$$



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

9.3.1.1. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem índice de liquidez geral maior ou igual a 1,00 (um) ou que, quando não apresentarem o índice mínimo exigido, comprovarem possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor da proposta apresentada pela licitante, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

9.3.1.2. No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do item 8.3.1. será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura;

9.3.1.3. A Comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção do índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior a 1 (um), calculado e demonstrado pela licitante, por meio da seguinte fórmula:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1$$

9.3.2. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação;

9.3.2.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 8.3.2.

9.4. Relativos à Qualificação Técnica

9.4.1. Atestado(s) e/ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa física ou jurídica, devidamente registrados no CREA, que comprove(m) que a empresa já forneceu e instalou equipamento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os que compõe o objeto do edital. Acompanhado(s) pela(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT(s). (original, ou cópia autenticada em cartório, ou cópia simples acompanhada da



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

via original), em plena validade.

9.4.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA, em nome da empresa Licitante, com objetivos sociais compatíveis com o objeto ora licitado;

9.4.1.2. No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

9.4.1.3. A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

9.4.2. Atestados de Capacidade Técnica, tanto da LICITANTE como do RESPONSÁVEL TÉCNICO, que comprovem a execução anterior de objeto semelhante ao licitado em quantidade, complexidade e características, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (original, ou cópia autenticada em cartório, ou cópia simples acompanhada da via original).

9.4.2.1. Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT;

9.4.2.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

9.4.2.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

9.4.2.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, (1) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social / estatuto social; (2) o administrador ou o diretor; (3) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (4) o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

9.4.2.5. No caso do RESPONSÁVEL TÉCNICO disposto no subitem 9.4.2 não ser o engenheiro civil exigido no subitem 5.2 do *Projeto Básico nº 001/2011 - FAMP*, a licitante deverá também apresentar o Atestado de Capacidade Técnica correspondente a este.

9.4.3. Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.5. Disposições Gerais da Habilitação

9.5.1. A documentação de habilitação das empresas deve conter ainda:

9.5.1.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

9.5.1.2. Declaração expressa de que cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual.

9.5.1.3. Declaração expressa de que a prestação dos serviços está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, se for o caso, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes.

9.5.1.4. Declaração expressa do licitante de que recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

9.5.1.5. Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.

9.5.1.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

9.5.1.7. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

9.5.1.7.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

9.5.1.7.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

9.5.1.7.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital **até 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, no horário de expediente da CPL, das 8 às 14 horas.

10.2. A impugnação será dirigida ao Pregoeiro que decidirá no prazo de 24 horas, podendo ainda, após emissão de parecer jurídico pela Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, em face da complexidade da decisão, suspender a data do certame até ulterior deliberação.

10.2.1. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.2.2. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 3 (três) dias** consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

11.1.2. Os recursos poderão ser interpostos no protocolo da CPL (endereço no preâmbulo) das 8 às 15 horas, obedecendo aos prazos legais.

11.1.3. Findo o prazo do item 11.1, o recurso será julgado pelo Pregoeiro, no prazo de dois dias úteis.

11.1.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

insuscetíveis de aproveitamento, devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo à autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso.

11.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito ao recurso.

11.4. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário de funcionamento do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

12 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos ou concluído o processo sem eles, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA homologará o objeto ao licitante vencedor.

12.2. Após a homologação do objeto deste certame pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, os envelopes poderão ser devolvidos aos licitantes, mediante requerimento por escrito protocolizado nesta CPL. Os envelopes ficarão em poder da CPL, devidamente rubricados por todos os licitantes presentes, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação da homologação. Ultrapassado o período supra, será providenciada a destruição dos documentos.

12.3. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo da lei, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as mesmas condições de habilitação exibidas na licitação.

12.3.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 8.9, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.3.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante que der causa ao retardamento da execução do certame; não



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

manter a proposta; deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução do seu objeto; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com o Ministério Público do Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.1.1. A sanção referida no item 13.1. será aplicada pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste Edital e no Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.2.1. Com fundamento nos artigo 7º da Lei nº 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4.º da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste contrato e das demais cominações legais.

13.3. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

seguintes multas:

13.3.1. a) 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, na entrega da obra, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;

13.3.2. 0,5% (meio por cento) do valor dos serviços não realizados, por dia de atraso, dentro dos prazos previstos para execução dos serviços, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;

13.3.3. 0,5% (meio por cento) do valor do contrato no descumprimento de qualquer cláusula contratual ou condição não abrangida pelos itens anteriores, para cada evento, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;

13.3.4. esgotado o prazo para a retirada do material rejeitado, será aplicada a multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do material, por dia de permanência excedente;

13.3.5. até 10% (dez por cento) do valor do serviço executado ou em execução, quando contrariar normas técnicas da ABNT, CORPO DE BOMBEIROS, do fabricante ou do Edital, independentemente de obrigatoriedade de refazimento do serviço ou da substituição do material ou equipamento;

13.3.6. 10% (dez por cento), pela inexecução parcial ou total do contrato, sobre o valor a contratação, bem como quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados.

13.4. As multas de que tratam os subitens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

13.5. **Se o valor da multa não for depositado em conta do CONTRATANTE será automaticamente descontado da primeira parcela de preço em que a CONTRATADA vier a fazer jus,** acrescidos dos índices estabelecidos para os débitos fiscais e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor da multa.

13.6. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico-financeiro, após apresentação da Nota Fiscal e planilhas de medição devidamente atestada pela Fiscalização, mediante depósito na conta-corrente da Contratada, por meio de Ordem Bancária.

14.1.1. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que os serviços forem atestados e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

14.1.2. O pagamento das parcelas devidas à Contratada fica condicionado à apresentação dos documentos elencados na cláusula nona do Contrato a ser assinado com a empresa vencedora do certame.

14.1.3. O pagamento da última parcela ou medição dos serviços ficará condicionado ao recebimento provisório do objeto, a ser realizado pela Fiscalização.

14.1.4. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome do Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMP, CNPJ n.º 10.831.183/0001-40, e acompanhada das respectivas prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14.1.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

14.1.6. Os documentos encaminhados deverão ser acompanhados de Requerimento, Recibo em 2 (duas) vias, bem como Documento de Arrecadação – DAR emitido pela Secretaria de Fazenda, referente à Taxa de Expediente.

14.2. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

14.3. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao serviço, nem implicará na aprovação definitiva da entrega do mesmo, total ou parcialmente.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS

15.1. A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste pregão, correrá por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / Procuradoria-Geral de Justiça, Programa / Ação 03.091.2501.1138.0001, Fonte 485, Elemento de Despesa 449051.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Consistem obrigações da empresa vencedora do certame:

16.1.1. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo, diligência e manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto nas legislações e nas normas relativas à proteção ambiental.

16.1.2. Executar os serviços dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, com esmero e perfeição e observando estreitamente as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação estadual ou municipal, se houver, e as Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

16.1.2.1. Dentre as normas a serem observadas pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste Projeto, pode-se destacar: ABNT NBR 7229/93 e 13969/97.

16.1.2.2. Os serviços a serem executados deverão estar de acordo com as diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2006 e Resolução COMDEMA nº 131/2006 (Lei 1192/97 – PRO-ÁGUAS do Município de Manaus).

16.1.2.3. Fica ainda, sob responsabilidade da CONTRATADA o transporte até o local, carga e descarga dos equipamentos, assim como a instalação, o início das atividades (start-up) e o treinamento da equipe que irá operar o sistema, no mesmo local onde será instalada.

16.1.3. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços objeto da licitação.

16.1.4. Designar equipe técnica composta por profissionais das áreas de Engenharia Elétrica e Civil e áreas correlatas, credenciados junto ao CREA-AM, a qual será responsável pela execução do contrato/ obra e que fará o devido



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

acompanhamento do mesmo, sendo que nenhum serviço em que sua responsabilidade técnica for exigível poderá ser executado sem sua supervisão.

16.1.5. Manter no canteiro de obras um Engenheiro residente, o qual deverá promover um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos na obra, durante todas as fases de organização e construção, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com a FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE.;

16.1.5.1. Aceitar e concordar que as obras e os serviços objeto desta contratação possam ser complementados em todos os detalhes, ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado. O profissional residente deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término das obras e dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO e os autores dos projetos.

16.1.5.2. Qualquer tipo de complementação do projeto deverá ser previamente apresentado à FISCALIZAÇÃO, para verificação das mudanças que venham a ocorrer no projeto.

16.1.5.3. As cotas e dimensões sempre deverão ser conferidas "In loco", antes da execução de qualquer serviço.

16.1.5.4. Quaisquer divergências e dúvidas deverão ser resolvidas antes do início de cada etapa correspondente das obras e serviços.

16.1.5.5. Realizar o planejamento dos serviços em comum acordo com a CONTRATANTE.

16.1.5.6. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

16.1.5.7. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução da obra, de seus complementos, de seus acessos, interligações e entornos, acabados e em perfeitas condições de utilização e funcionamento, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto do Projeto Básico.

16.1.5.8. Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado, o material ou equipamento a ser utilizado, submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO e seguir sua orientação.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

16.1.5.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, observando o subitem 5.6.10 e seus incisos 5.6.10.1 a 5.6.10.10 do Projeto Básico.

16.1.5.10. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

16.1.5.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto do Projeto Básico, e apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços, observando ainda o subitem 5.6.12.1 do Projeto Básico.

16.1.5.12. Respeitar e cumprir, ainda, com as obrigações dispostas nos subitens 5.6.13 a 5.11 do Projeto Básico.

16.1.5.13. Designar equipe técnica composta por profissionais das áreas de Engenharia e áreas correlatas, credenciados junto ao CREA-AM, a qual será responsável pela execução do contrato/ obra e que fará o devido acompanhamento do mesmo, sendo que nenhum serviço em que sua responsabilidade técnica for exigível poderá ser executado sem sua supervisão.

16.1.5.14. Manter no canteiro de obras um Engenheiro residente, o qual deverá promover um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos na obra, durante todas as fases de organização e construção, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com a FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE.

16.1.6. No prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá entregar a via destinada à CONTRATANTE das Anotações



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

de Responsabilidade Técnica – ART's, devidamente registradas junto ao CREA-AM, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77.

16.1.7. Antes do início da obra apresentar lista de todo o material necessário para a execução dos serviços, indicando a marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação do Contratante.

16.1.8. Fornecer à FISCALIZAÇÃO, quando do recebimento da Ordem de Serviço, a relação dos empregados - RE que atuarão na sua execução, bem como informar qualquer alteração na mesma.

16.1.9. Responsabilizar-se por eventuais demolições, remoções necessárias, recomposição de pisos, paredes, vidros, esquadrias, revestimentos, deslocamento de tubulações, porventura executadas fora das especificações, com vícios e/ou defeitos.

16.1.10. Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, depósitos destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços.

16.1.11. Providenciar o competente registro no INSS e o Alvará expedido pela Prefeitura Municipal (se for o caso).

16.1.12. Deverá prever na planilha orçamentária, no mínimo 3 visitas de acompanhamento num prazo de até 01 ano a contar do início das atividades de operação da estação, a fim de validar aspectos relacionados as rotinas operacionais implementadas e a eficiência do sistema implantado.

16.1.13. Adotar os procedimentos ambientais quando da destinação dos resíduos provenientes da construção, e em especial a Resolução CONAMA nº 307/02.

16.1.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, responsabilizando-se pela sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços.

16.1.15. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer na execução do objeto.

16.1.16. Substituir em 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como deficientes para a execução dos serviços, sem ônus adicional para o



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

CONTRATANTE.

16.1.17. Armazenar os materiais, ferramentas e equipamentos em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob sua responsabilidade.

16.1.18. Seguir orientação da FISCALIZAÇÃO quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância.

16.1.19. Permitir à FISCALIZAÇÃO o livre acesso aos almoxarifados de materiais, equipamentos e ferramentas, para fins de acompanhamento dos trabalhos e verificação de marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.

16.1.20. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objetos dos serviços.

16.1.21. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, incluindo a Norma Regulamentadora NR-18, diligenciando para que seus empregados e os de seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço. A FISCALIZAÇÃO poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

16.1.22. Assumir os encargos provenientes de qualquer acidente de trabalho que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços, assim como, por tudo mais, quanto às leis sociais e trabalhistas lhe assegurem, inclusive 13º (décimo terceiro) salário, aviso prévio, indenizações e etc.

16.1.23. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

16.1.24. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

16.1.25. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

16.1.26. Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços e materiais aplicados, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, conforme Código Civil Brasileiro, com assistência imediata em caso de reparos ou danos futuros.

16.1.27. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão executar o objeto, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

16.1.28. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento aos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço, greve e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

16.1.29. Afastar do local de serviços qualquer empregado cujo cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo do CONTRATANTE, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE.

16.1.30. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para sua classificação no processo licitatório, substituí-lo por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas.

16.1.31. No caso do item anterior, submeter à apreciação e aprovação do CONTRATANTE a proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico.

16.1.32. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

16.1.33. Acatar as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados.

16.1.34. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

16.1.35. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

16.1.36. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

16.1.37. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e fornecimento contratados.

16.1.38. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o CONTRATANTE julgar necessário.

16.1.39. Responsabilizar-se por qualquer danificação ou destruição que os serviços executados venham a sofrer, até a definitiva aceitação do CONTRATANTE, bem como, por indenizações que possam ser devidas a terceiros ou fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

16.1.40. Arcar com os custos de vigilância noturna e diurna dos equipamentos, produtos e materiais postos em depósito para execução dos serviços, não cabendo, ao CONTRATANTE, qualquer responsabilidade sobre perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

16.1.41. Providenciar e manter no local de execução dos serviços o “Livro de Ordem” devidamente numerado, onde serão feitas as anotações diárias sobre o



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

andamento dos trabalhos, tais como, indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas e início e término de eventuais interrupções dos trabalhos, assuntos que requeiram providências das partes, nos termos da Resolução nº 1.024, de 21.08.09 – CONFEA.

16.1.42. Comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais, tais como: pagamentos dos empregados, recolhimento dos encargos sociais, decorrentes da execução deste Contrato.

16.1.43. Os serviços deverão ser realizados durante os dias úteis, mas de modo a não acarretar prejuízo ao funcionamento do CONTRATANTE. Os serviços apenas poderão ser realizados durante à noite e nos finais de semana, mediante autorização do CONTRATANTE.

16.1.44. Após a conclusão dos serviços, realizar limpeza geral, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

16.1.45. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

16.2. Todo o material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física/licenciadas junto aos órgãos competentes.

16.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto desta licitação não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

16.4. A inobservância das especificações constantes deste edital e seus anexos implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

16.5. A Contratada se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato, garantia contratual no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do preço global contratado, devendo apresentar a contratante, conforme previsão contratual, o comprovante de uma das modalidades a seguir:

16.5.1 fiança bancária;

16.5.2 seguro-garantia; ou



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

16.5.3 caução em dinheiro.

16.6. a garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela contratada referentes à:

16.6.1. prejuízos ou danos causados ao contratante;

16.6.2. prejuízos ou danos causados a terceiros pela contratada;

16.6.3. toda e qualquer multa contratual;

16.6.4. débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias etc.;

16.7. Quaisquer obrigações não cumpridas pela contratada em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do País.

16.8. A contratada se compromete repor ou completar garantia na hipótese de utilização parcial ou total, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo contratante, mediante correspondência entregue contra recibo.

16.9. A garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de vigência do Termo até o recebimento definitivo da obra. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, a contratada deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da garantia.

16.10. A garantia será liberada ou restituída à contratada após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, ao seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

17.2. Gerir, fiscalizar e acompanhar toda execução dos serviços, por meio de comissão ou servidor indicado, especificamente para este fim.

17.3. Permitir o acesso de pessoal autorizado pela CONTRATADA, responsável pelas prestações dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades.

17.4. Efetuar pagamento à CONTRATADA em parcelas, de acordo com a medição dos serviços a ser atestada pela FISCALIZAÇÃO, a qual, após visita técnica ao local de execução dos serviços, discriminará em planilha própria os serviços realizados e



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

seus respectivos quantitativos executados até o dia da medição.

17.5. Aprovar previamente, por meio da FISCALIZAÇÃO, os materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.

17.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

17.7. Designar, por ato específico, Comissão de Recebimento da Obra, observando-se as exigências constantes no art. 73, I, alíneas a e b da Lei nº 8.666/93 e seus parágrafos.

17.8. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o especificado.

17.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

17.10. Exigir da CONTRATADA o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.

17.11. Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas neste Edital e seus anexos.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA designará o Pregoeiro que conduzirá esta licitação, que poderá ser escolhido dentre os servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas.

18.2. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA sendo o competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.3.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

18.3.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo, atingindo o contrato,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

se posterior à sua celebração.

18.3.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da **CONTRATADA** de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

18.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.6. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o **prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação ou nova proposta escoimadas nas causas que ensejam a inabilitação ou desclassificação das empresas.

18.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.8. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I – Projeto Básico nº. 001/2011 – FAMP e seus Anexos;
- b) Anexo II – Minuta de Contrato;
- c) Anexo III – Modelo de Procuração/ Credencial;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração/ Credencial;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou EPP;
- f) Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- g) Anexo VII – Modelo de Proposta.

18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na CPL.

18.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

18.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço da CPL indicado no preâmbulo deste Edital, ou por meio do Fax: (0xx92) 3655-0701 ou 3655-0743, até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura do Pregão, no horário de expediente da CPL, das 8 às 15 horas.

18.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

18.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

18.15. Todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação;

18.16. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

18.17. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado. Caso haja interesse, cópias poderão ser obtidas antes da realização desta licitação, no formato eletrônico, através de solicitação endereçada ao email licitacao@mp.am.gov.br ou impresso mediante depósito da quantia de R\$ 10,00 (dez reais), referente ao custo reprográfico deste Edital, na conta corrente nº 8384-4, Agência 3563-7, do Banco do Brasil (001).

18.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual nº 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

18.19. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital é competente o foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

18.20. Qualquer alusão à marca constante das especificações técnicas do objeto desta licitação deverá ser considerada marca de referência, admitindo-se apresentação de similar.

Manaus - AM, 28 de abril de 2011.

Gláucia Maria de Araújo Ribeiro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO I

PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – ETE COMPACTA, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PRELIMINARES E DEMOLIÇÃO DE ETE EXISTENTE, PARA ATENDER À NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA/ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ ENTIDADE PROPONENTE

Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMP

C.N.P.J.: 10.831.183/0001-40

ENDEREÇO: Avenida Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança – Manaus, AM.

CIDADE: Manaus

U.F: AM

CEP: 69.037-473

DDD/FONE: (92) 3655-0500

DDD/FAX: (92) 3655-0763

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

- 2.1. Considerando que o "Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais.
- 2.2. A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se, especificamente, pela necessidade de adequar o tratamento e a destinação final do esgoto e demais efluentes do MPE/AM, bem como atender à Resolução CONAMA nº 357/2006 e Resolução COMDEMA nº 131/2006 (Lei 1192/97 – PRO-ÁGUAS do Município de Manaus), que obriga nos empreendimentos potencialmente poluidores, privados ou públicos, cujo número de usuários seja superior a 40 (quarenta) pessoas dia, na área urbana e de transição desprovida de sistema público de esgoto, a instalação de um sistema de tratamento de esgoto de característica doméstica, composto de pré-tratamento, tratamento primário, secundário e desinfecção. Tal obrigação consta ainda como um dos requisitos para a obtenção do



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

HABITE-SE do novo Prédio Anexo do MPE/AM.

- 2.3. A opção pelo sistema de ETE Compacta descrito neste Projeto Básico dá-se pelo seguinte fato: equipamento com menor área ocupada por metro cúbico tratado; custo de implantação e instalação reduzidos; aumento de capacidade de forma modular, simples e rápida; simplicidade de operação e menor custo operacional; baixa geração de lodo, com possibilidade de reutilização da água diretamente para irrigação, lavagem ou limpeza e os resíduos gerados podem ser reaproveitados como material orgânico nobre para fertilização.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

- 3.1. O objeto deste Projeto Básico compreende o fornecimento e instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, Compacta, incluindo a execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente, para atender à nova sede administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas.
- 3.2. A ETE Compacta deverá possuir módulo único, ser completa e automatizada, para tratamento biológico de esgotos sanitários, com capacidade para tratar contribuições de esgotos de aproximadamente 600 pessoas, correspondendo uma vazão diária de 28m³ de esgoto de forma a atender a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente (específica de Manaus).
- 3.3. A ETE deverá ser instalada sobre o solo, em uma base de concreto armado (*radier*), onde será construída uma casa de máquina, sendo esta área delimitada com muro e gradil padrão MPE/AM, e com sua interligação elétrica e sanitária.
- 3.4. O objeto deste Projeto Básico consiste, ainda, na demolição de antiga ETE de concreto armado, situada em local onde será construída passagem de veículos, estacionamento com cobertura padrão do MPE/AM, com rampa para veículos e pedestres, conforme projetos de engenharia.
- 3.5. O objeto previsto neste Projeto Básico deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes dos autos, quais sejam:
- a) ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRAS CIVIS PRELIMINARES E DEMOLIÇÃO DE ETE EXISTENTE;
 - b) ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

DE EFLUENTES – ETE;

c) ANEXO III – ORÇAMENTO SINTÉTICO;

d) ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

e) ANEXO V – PROJETOS: LOCAÇÃO E PLANTA BAIXA DA ANTIGA ETE A SER DEMOLIDA (PRANCHA P-01); ESTACIONAMENTO A SER CONSTRUÍDO; CORTES E PERSPECTIVAS DA ANTIGA ETE; PILAR DE CONCRETO (PRANCHA P-02); LOCAÇÃO DA NOVA ETE; CAIXAS DE PASSAGENS E INSPEÇÃO; INTERLIGAÇÃO SANITÁRIA E ELÉTRICA; PLANTA DA CASA DE MÁQUINAS (PRANCHA P-03).

3.6. Todos os equipamentos e materiais fornecidos, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

3.6.1. Entende-se por primeira qualidade, ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O prazo da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico deverá ser de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa CONTRATADA, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE / CONTRATADA

5.1. As empresas licitantes deverão realizar **vistoria** ao local da obra, sob o acompanhamento de representante da PGJ-AM, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer o local e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

5.1.1. A vistoria deverá ser realizada por técnico devidamente credenciado pela empresa licitante, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no **ANEXO VI - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA**.

5.1.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão emitir



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

atestado de vistoria, a ser assinado por representante da PGJ-AM, conforme modelo do **ANEXO VII - ATESTADO DE VISTORIA** deste Projeto Básico, sendo que tal verificação será de inteira responsabilidade das licitantes. **O referido atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, juntamente com a proposta de preços.**

5.1.3. Vale ressaltar que **não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário** por parte da futura contratada, quando da execução do objeto deste Projeto Básico.

5.1.4. As visitas deverão ser previamente agendadas, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com servidor da Divisão de Serviços Gerais/ Setor de Engenharia desta PGJ-AM, pelo telefone **(92) 3655-0739**, no período das **08:00h às 15:00h**.

5.2. Ainda na fase licitatória, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de registro, do engenheiro civil responsável pelos serviços e da empresa, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (original, ou cópia autenticada em cartório, ou cópia simples acompanhada da via original), em plena validade, observando-se:

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b) Atestados de Capacidade Técnica, tanto da licitante como dos responsáveis técnicos, de que executaram obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente Projeto Básico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (original, ou cópia autenticada em cartório, ou cópia simples acompanhada da via original).

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico - CAT;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

- b.2) Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;
- b.3) No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM.
- 5.3. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos a **mão-de-obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, encargos sociais e BDI** (Benefícios e Despesas Indiretas), bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.
- 5.4. Na **proposta** deverá constar a marca e o modelo/referência de todos os equipamentos e materiais necessários à execução da obra, conforme especificações fornecidas, para aprovação da CONTRATANTE.
- 5.4.1. Todo material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física/ jurídica licenciada junto aos órgãos competentes.**
- 5.5. No prazo de **05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato**, a CONTRATADA deverá entregar a via destinada à CONTRATANTE das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, devidamente registradas junto ao CREA-AM, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77.
- 5.6. Na execução do objeto deste Projeto Básico, constituem obrigações da CONTRATADA:
- 5.6.1. Designar equipe técnica composta por profissionais das áreas de Engenharia e áreas correlatas, credenciados junto ao CREA-AM, a qual será responsável pela execução do contrato/ obra e que fará o devido acompanhamento do mesmo, sendo que nenhum serviço



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

em que sua responsabilidade técnica for exigível poderá ser executado sem sua supervisão.

5.6.2. Manter no canteiro de obras um **Engenheiro residente**, o qual deverá promover um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos na obra, durante todas as fases de organização e construção, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com a FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE.

5.6.2.1. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços objeto da licitação.

5.6.3. Aceitar e concordar que as obras e os serviços objeto desta contratação possam ser complementados em todos os detalhes, ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado. O profissional residente deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término das obras e dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO e os autores dos projetos.

5.6.3.1. Qualquer tipo de complementação do projeto deverá ser previamente apresentado à FISCALIZAÇÃO, para verificação das mudanças que venham a ocorrer no projeto.

5.6.3.2. As cotas e dimensões sempre deverão ser conferidas "In loco", antes da execução de qualquer serviço.

5.6.3.3. Quaisquer divergências e dúvidas deverão ser resolvidas antes do início de cada etapa correspondente das obras e serviços.

5.6.4. Realizar o planejamento dos serviços em comum acordo com a CONTRATANTE.

5.6.5. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

5.6.6. Executar os serviços dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes neste Projeto Básico, com esmero e



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

perfeição e observando estreitamente as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação estadual ou municipal, se houver, e as Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

5.6.6.1. Dentre as normas a serem observadas pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste Projeto, pode-se destacar: ABNT NBR 7229/93 e 13969/97.

5.6.6.2. Os serviços a serem executados deverão estar de acordo com as diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2006 e Resolução COMDEMA nº 131/2006 (Lei 1192/97 – PRO-ÁGUAS do Município de Manaus).

5.6.7. Fica ainda, sob responsabilidade da CONTRATADA o transporte até o local, carga e descarga dos equipamentos, assim como a instalação, o início das atividades (*start-up*) e o treinamento da equipe que irá operar o sistema, no mesmo local onde será instalada.

5.6.8. A CONTRATADA deverá prever na planilha orçamentária, no mínimo 3 visitas de acompanhamento num prazo de até 01 ano a contar do início das atividades de operação da estação, a fim de validar aspectos relacionados às rotinas operacionais implementadas e a eficiência do sistema implantado.

5.6.9. A CONTRATADA se obriga a executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, de seus complementos, de seus acessos, interligações e entornos, acabados e em perfeitas condições de utilização e funcionamento, bem como solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Projeto.

5.6.9.1. Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado, o material ou equipamento a ser utilizado, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO e seguir sua orientação.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

- 5.6.10. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 5.6.10.1. Os materiais, ferramentas e equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda, segurança e proteção sob a responsabilidade da CONTRATADA, até a conclusão dos serviços.
- 5.6.10.2. Todos os equipamentos e materiais fornecidos/aplicados pela CONTRATADA, mesmo não constando da proposta, deverão ser de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto ou na proposta apresentada e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da CONTRATANTE.
- 5.6.10.3. A aprovação a que se refere o subitem anterior será feita por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento.
- 5.6.10.4. Caso o material ou equipamento especificado nos projetos ou neste Projeto encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e contrato.
- 5.6.10.5. Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.
- 5.6.10.6. É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.
- 5.6.10.7. Os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como deficientes para a execução dos serviços, ou



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem a aprovação da FISCALIZAÇÃO, deverão ser substituídos pela CONTRATADA em **72 (setenta e duas) horas a partir da comunicação**, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

- 5.6.10.8. Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO.
- 5.6.10.9. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará, por escrito, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos e, se esta julgar necessário, de laudos e pareceres, para análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no Contrato.
- 5.6.10.10. A FISCALIZAÇÃO deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.
- 5.6.11. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.
- 5.6.12. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, e apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.
- 5.6.12.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

- 5.6.13. Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo da obra, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Projeto, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de interesse com a PGJ/AM.
- 5.6.14. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão executar o objeto deste Projeto Básico, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a PGJ-AM, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.
- 5.6.14.1. Todos aqueles que estarão prestando serviços à CONTRATADA, temporariamente ou durante toda a obra deverão estar uniformizados e identificados pela mesma, por meio de crachá.
- 5.6.15. Fornecer à FISCALIZAÇÃO do Contrato/ Obra, **quando do recebimento da Ordem de Serviço**, a relação dos funcionários que atuarão na sua execução, bem como informar qualquer alteração na mesma.
- 5.6.16. Afastar do local de serviços qualquer empregado seu cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da CONTRATANTE, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.
- 5.6.17. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
- 5.6.18. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

medicina do trabalho, provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual – EPI's e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.6.19. Responsabilizar-se, além dos encargos pertinentes, por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à PGJ/AM ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução dos serviços objeto deste Projeto.

5.6.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Projeto sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.6.20.1. A PGJ-AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empreiteiros ou quaisquer outros.

5.6.21. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto.

5.6.22. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

5.6.22.1. A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.6.23. Realizar, completadas as instalações, todos os **testes e ensaios necessários ao perfeito funcionamento da ETE e/ou recomendados pelas normas técnicas pertinentes, o que deverá ser realizado na presença da FISCALIZAÇÃO.**

5.6.23.1. Todas as provas e os testes de funcionamento do sistema deverão ser acompanhados pela FISCALIZAÇÃO, a qual deverá ser previa e formalmente comunicada das datas e horários de sua realização.

5.6.24. Realizar, após a conclusão dos serviços, **limpeza geral**, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

- 5.6.24.1. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados, sem criar constrangimentos para a CONTRATANTE.
- 5.6.24.2. A CONTRATADA deverá **adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da construção**, obedecendo, em especial, a **Resolução CONAMA nº 307/02**.
- 5.6.25. Responsabilizar-se por obter todas as **franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes**, inclusive por todos os ônus decorrentes.
- 5.6.26. Manter, quando for o caso, contato com as repartições competentes, a fim de obter as necessárias aprovações das obras e dos serviços a serem executados, bem como fazer os pedidos de ligações e inspeções pertinentes e providenciar todos os materiais e serviços necessários a estas ligações às suas expensas.
- 5.6.27. Comunicar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a conclusão da obra, encaminhando, anexo, relatório de todos os serviços realizados, com descrição, especificações e quantitativos, juntamente com o “*as built*”, para que possa proceder à vistoria da obra com vistas à aceitação provisória.
 - 5.6.27.1. No prazo de 15 (quinze) dias corridos da comunicação, a CONTRATANTE receberá provisoriamente o objeto deste Projeto Básico, e definitivamente, em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após verificação da conformidade do mesmo com as condições pactuadas.
 - 5.6.27.2. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Projeto Básico, verificados posteriormente.
- 5.6.28. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.
- 5.6.29. Fornecer **garantia** contra defeitos ou falhas de execução dos



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

serviços, materiais e equipamentos instalados na obra, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

5.6.30. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização dos serviços.

5.6.30.1. Além dos encargos pertinentes, a CONTRATADA será responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho.

5.6.30.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Projeto Básico, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

5.7. A inobservância das especificações constantes deste Projeto Básico implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

5.8. A cada medição, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, por intermédio do setor de protocolo, o requerimento para pagamento da nota fiscal/fatura referente aos serviços realizados durante a etapa correspondente da obra. O requerimento deverá estar acompanhado das devidas certidões, recibos, planilhas (previamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO) e outros que se fizerem necessários.

5.8.1. O atraso na apresentação, por parte da CONTRATADA, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

5.8.2. As notas fiscais/faturas deverão ser atestadas pelo fiscal do contrato e estar devidamente discriminadas, em nome do **Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMP, CNPJ n.º 10.831.183/0001-40**,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

acompanhadas das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, sendo que **a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.**

5.8.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

5.9. Caso não seja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ-AM, a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastro **no prazo de 05 (cinco) dias corridos** a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

5.9.1. Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

5.9.2. Com relação ao cadastro de credores, a empresa deverá providenciar:

- a) Carta solicitando o cadastramento;
- b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;
- c) Cópia legível de domicílio bancário (p.ex. extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).
- d) Comprovante de endereço.

5.9.3. Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM
AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000
SETOR DE CADASTRO

5.10. Na falta dos registros ou documentações ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

- 5.11. A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos das Leis nº 8.666/93, nº 5.194/66, nº 6.496/77, nº 8.078/90, nº 10.406/02 e às demais legislações pertinentes.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

- 6.1. Designar representante para acompanhar as empresas licitantes durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.
- 6.2. Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da PGJ/AM a ser(em) responsável(is) pelo **acompanhamento e fiscalização da obra**, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, **anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências** de quaisquer fatos que, ao seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 6.3. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições editalícias.
- 6.3.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços, entretanto, essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões.
- 6.4. Efetuar pagamento à CONTRATADA em parcelas, de acordo com a medição dos serviços a ser realizada pela FISCALIZAÇÃO do Contrato/Obra, após visita técnica ao local da obra, devendo ser discriminados em planilha própria os serviços realizados e seus respectivos quantitativos executados até o dia da medição.
- 6.4.1. A medição dar-se-á a cada 30 (trinta) dias, no mínimo, a contar da data do início dos serviços.
- 6.4.2. O referido pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no **subitem 5.8** deste Projeto Básico.
- 6.5. Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, bem como as eventuais alterações de projeto e demais procedimentos, conforme o



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

especificado neste Projeto Básico.

- 6.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
- 6.7. Para recebimento da obra, designar, por ato específico, Comissão de Recebimento da Obra, observando-se as exigências constantes no art. 73, I, alíneas a e b da Lei nº 8.666/93 e seus parágrafos.
- 6.8. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Projeto Básico.
- 6.9. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- 6.10. Exigir da CONTRATADA o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins de pagamento, além da documentação prevista no **subitem 5.8**, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça / Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas – FAMP os seguintes documentos: Requerimento, com as respectivas Notas Fiscais, Recibo em duas vias e Documento de Arrecadação – DAR emitido pela Secretaria de Fazenda, referente à Taxa de Expediente.

8. PLANO DE APLICAÇÃO

Programa/ Ação (funcional programática)	Fonte	Elemento de Despesa	Valor Estimado
03.091.2501.1138.0001	485	449051	R\$ 376.585,57

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

N.º de Parcelas	Forma de Pagamento	Valor Estimado da Parcela		Valor Estimado Total
2	(X) Mensal	1	R\$ 131.240,91	R\$ 376.585,57
	() Bimestral			
	() Trimestral	2	R\$ 245.344,66	
	() Semestral			
	() Única e Global			

10. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Declaramos que este Projeto Básico está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e apresenta compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

11. SOLICITAÇÃO/ ELABORAÇÃO

Manaus – AM, / /2011 _____ Roger Shiguemichi Gandra Makimoto Chefe da Divisão de Serviços Gerais _____ Vicente de Paulo Batista Rodrigues Júnior Engenheiro Civil – CREA 11782-D/AM	Manaus – AM, / /2011 _____ Iamara Cavalcante Antunes Chefe do Setor de Compras e Serviços
--	--

12. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / /2011 _____ Adelina da Cunha Parente Bisneta Diretora-Geral	Despacho de Aprovação. () Aprovado () Não aprovado Manaus – AM, / /2011 _____ Francisco das Chagas Santiago da Cruz Procurador-Geral de Justiça Ordenador de Despesas – FAMP
---	---



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO I DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRAS CIVIS PRELIMINARES E DEMOLIÇÃO DE ETE EXISTENTE



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

OBRA: Instalação e fornecimento ETE compacta, execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente para atender à nova sede administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM

LOCAL: Ministério Público do Estado do Amazonas. Av. Cel. Teixeira, 7995 – Nova Esperança – CEP: 69030-480 – Manaus/AM - (092) 3655.0500

PRAZO: 60 dias (corridos)

1 - GENERALIDADES

O presente memorial tem por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento das obras e serviços relativos à **INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO ETE COMPACTA, EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PRELIMINARES E DEMOLIÇÃO DE ETE EXISTENTE PARA ATENDER À NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM** e fixar as obrigações e direitos e instruções de contrato.

Contendo as indicações dos locais de aplicação de cada serviço, a especificações dos materiais bem como as normas de execução dos serviços.

2 - RESUMO DA OBRA

Consiste no fornecimento e instalação de ETE compacta, módulo único, que será instalada sobre o solo, em uma base de concreto armado (radier), e onde será construída uma casa de máquina, sendo esta área delimitada com muro e gradil padrão MPE/AM, e com sua interligação elétrica e sanitária.

E ainda a demolição de antiga ETE de concreto armado, e no lugar será construída passagem de veículos, estacionamento com cobertura padrão do MPE/AM, com rampa para veículos e pedestres.

3 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento dos serviços a CONTRATADA deverá manter no local pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais;

Para os serviços a CONTRATADA fornecerá e conservará no local dos serviços, os equipamentos mecânicos e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, todos os materiais necessários e mão-de-obra adequada à natureza dos serviços de modo a assegurar a formação de equipes homogêneas e idôneas, compostas de número suficiente de operários, mestres e encarregados, assegurando, assim, o progresso satisfatório dos serviços;

A CONTRATADA será responsável pela aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, bem como pela expedição do respectivo Alvará, nos locais onde a legislação



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

municipal exija.

As especificações e referências de materiais que por ventura não sejam discriminados neste caderno de encargos serão apresentados posteriormente pela FISCALIZAÇÃO.

4 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os serviços não aprovados ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA;

Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos do canteiro de obras dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal;

4.1 - Implantação da Obra

4.1.1- Corpo Técnico da Obra.

Ter no quadro de funcionários da Administração da Obra, no mínimo 01 (um) Engenheiro Civil residente, 01 (um) Mestre-de-obras, 01 (um) Encarregado geral, todos no período mínimo de 08 (oito) horas por dia, ou no período integral em que a obra ocorrer.

4.1.2 – Ferramentas/ EPI's.

Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento).

Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente. As ferramentas e equipamentos de uso no canteiro de obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de execução de construção, observadas as especificações estabelecidas.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estarem de acordo com as especificações.

A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA, sem ônus para o MPE/AM.

A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais a serem empregados e, cada lote ou partida de material será confrontado com a respectiva amostra, previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão conservadas no canteiro de obras até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados no canteiro de obras. Caberá à CONTRATADA prover a obra de toda a segurança necessária aos seus funcionários, que sejam no tocante à Proteção Individual e Coletiva, por meio do uso dos EPI's/EPC, como também na eliminação das condições inseguras com instalações apropriadas para execução dos serviços. Além disso, também fica a cargo da CONTRATADA a responsabilidade sobre as condições de higiene no



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

canteiro de obra conforme as Normas Regulamentadoras estabelecem.

A proteção individual e coletiva constitui condição básica para início de qualquer obra, portanto será obrigatório a todos os funcionários da CONTRATADA o uso de botas, capacetes, uniformes, luvas, crachás de identificação e outros equipamentos de segurança pertinentes à atividade desenvolvida conforme indicado na Norma Regulamentadora NR- 18.

4.1.3 - Alimentação/ Transporte

Neste grupo de serviços estão relacionadas as composições de preços referentes ao transporte e à alimentação do pessoal para as obras. O transporte dos operários será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser feito dentro das especificações da Lei, e da convenção coletiva do sindicato.

Também de acordo com o sindicato, todos os colaboradores deverão receber café-da-manhã e almoço ou ajuda de custo, e água potável gelada.

4.1.4 - Máquinas e Equipamentos

Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento). Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis das máquinas/equipamentos.

As Máquinas/equipamentos de uso no canteiro de obras serão dimensionadas, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de execução de construção, observadas as especificações estabelecidas.

Os equipamentos que a CONTRATADA utilizar no canteiro, ou as instalações por ela executada e destinada ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

5 - SERVIÇOS

PLAN. 2 - SERVIÇOS PRELIMINARES

PLAN. 2.1 - Mobilização e desmobilização

I) Conteúdo do Serviço:

A mobilização consiste no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das obras. Incluem-se neste serviço a localização, o preparo e a disponibilização, no local da obra, de todos os equipamentos, mão-de-obra, materiais e instalações necessários à execução dos serviços contratados.

A desmobilização consiste na desmontagem e retirada de todas as estruturas, construções e equipamentos do canteiro de obras. Estão inclusos neste item a desmobilização do pessoal, bem como a limpeza geral e reconstituição da área à sua situação original.

I) Procedimento executivo:

Quanto à mobilização, a Contratada deverá iniciar imediatamente após a liberação da Ordem de Serviço, e em obediência ao cronograma físico-financeiro. A mobilização compreenderá o transporte de máquinas, equipamentos, necessárias para a perfeita execução das obras. A desmobilização compreenderá a completa limpeza dos locais da obra, retirada das máquinas e dos equipamentos da obra da Contratada.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

II) Aplicação:

Início e término dos serviços.

PLAN. 2.2 - Placa de obra em lona com impressão digital, instalada

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento e a instalação da placa.

II) Procedimento executivo:

As placas deverão ser instaladas, no máximo, 5 (cinco) dias após o início das obras. As placas serão de lona impressa com ilhós amarrada em estrutura de madeira. Deverão seguir o modelo apresentado pela fiscalização.

III) Aplicação:

Em lugar visível, definido pela fiscalização, e deverão permanecer durante toda a execução da obra.

PLAN. 2.3 - Barracão de obra em tábuas de madeira com banheiro, cobertura em fibrocimento 4mm, incluso instalações hidro-sanitárias e elétricas

I) Conteúdo do Serviço:

Execução de barracão para escritório, depósito, local para refeições dos operários, com instalações sanitárias e elétricas adequadas

II) Procedimento executivo:

Deverá ser construído um barracão de obras, com estrutura em madeira, composta de vigotas de 5 cm x 11 cm (pilares e vigas), caibros de 5 cm x 5 cm (estrutura da cobertura), sarrafo 10,0 cm x 2,5 cm (travamento). Os fechamentos deverão ser feitos em compensado de 12 mm e, nas uniões das chapas, deverão ser colocadas mata-juntas, de sarrafo, de 5 cm x 2,5 cm. A cobertura deverá ser feita, com telha de fibrocimento com espessura de 4 mm, devendo utilizador elementos para fixação das mesmas. As instalações hidráulicas deverão ser feitas de forma a não permitir vazamentos, nem mau cheiro. As instalações elétricas deverão ser executadas, com condutores flexíveis isolados. As tomadas, interruptores e soquetes deverão ser instalados a fim de se evitar curto circuito. O canteiro da obra deverá ser mantido limpo, removendo lixos e entulhos para locais próprios que não causem prejuízos ao andamento da obra. Ou se preferir a empresa poderá alugar contêineres.

III) Aplicação:

Nas dependências do canteiro de obras, em local decidido juntamente com a fiscalização.

PLAN. 2.4 - Regularização da obra junto aos órgãos fiscalizadores (CREA, Prefeitura, etc.)

I) Conteúdo do Serviço:

Taxas e cópias de documentos e projetos.

II) Procedimento executivo:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Todas e quaisquer licenças que se fizerem necessárias nos órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Autarquias para o desenvolvimento dos projetos e execução das obras, serão obtidas e pagas pela CONTRATADA.

III) Aplicação:

Aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes. Bem como, expedição de alvará.

PLAN. 2.5 - Ligação provisória de luz e força para obra - instalação mínima

I) Conteúdo do Serviço:

Execução de entrada de energia, poste, quadro geral, dispositivos de proteção e com medidor e cabos.

II) Procedimento executivo:

Todas as ligações provisórias da obra deverão ser feitas atendendo às normas e exigências das concessionárias, as quais estão vinculadas. As ligações elétricas deverão ser feitas com fios e cabos, devidamente isolados, para que não ocorram curtos circuitos.

III) Aplicação:

Nas dependências do canteiro de obras, em local decidido juntamente com a fiscalização.

PLAN. 2.6 - Ligação provisória de água para obra e instalação sanitária provisória, pequenas obras - instalação mínima

I) Conteúdo do Serviço:

Tubulações de PVC, conexões, registro, mangueira e reservatório de água para a obra, fossa/sumidouro e sanitário.

II) Procedimento executivo:

Todas as ligações provisórias da obra deverão ser feitas atendendo às normas e exigências das concessionárias, as quais estão vinculadas. Nas ligações de água deve-se tomar cuidado de adotar medidas, para racionalização do seu uso.

III) Aplicação:

Nas dependências do canteiro de obras, em local decidido juntamente com a fiscalização.

PLAN. 2.7 Tapume de chapa de madeira compensada, inclusive montagem – madeira compensada resinada e=6 mm

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para cravar os pontaletes nos solo e fixação das chapas nos pontaletes.

II) Procedimento executivo:

Cravar os pontaletes no solo, profundidade 0,50 cm, na posição vertical, distanciados aproximadamente 1,10 m um do outro. Fixar as chapas de madeira compensadas nos pontaletes através de pregos colocadas na posição horizontal. Deve ter altura mínima de 2,20 m em relação ao nível do terreno. E deverá permanecer em bom estado até o término



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

da obra

III) Aplicação:

Em torno da antiga ETE que será demolida, que será indicado pela fiscalização.

PLAN. 2.8 - Escoramento metálico para vigas de edificação com pé direito entre 2,00 e 3,20 m

I) Conteúdo do Serviço:

Considera locação de escora metálica, sendo a mão-de-obra de montagem e desmontagem dos equipamentos por conta da obra.

II) Procedimento executivo:

Nos apoios das escoras verificar a existência de base (chapa) para distribuir a carga que a escora está transmitindo, evitando o recalque do terreno.

III) Aplicação:

Na estrutura espacial de cobertura que encontra-se apoiada na ETE que será demolida, até a execução dos pilares de apoio.

PLAN. 2.9 - Locação da obra, execução de gabarito

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para locação da obra e execução de gabarito de madeira.

II) Procedimento executivo:

Construir o gabarito formado por guias de madeira, devidamente niveladas, pregadas a uma altura mínima de 60 cm, em caibros. Mediante pregos cravados no topo dessas guias, através de coordenadas os alinhamentos são marcados com linhas esticadas, estas linhas marcarão as posições corretas das construções, assinaladas com piquetes no terreno, por meio de fio de prumo.

III) Aplicação:

Locação das construções, tubulações, muros, caixas.

PLAN. 2.10 - Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para chumbar os pontaletes em blocos de concreto e fixação da tela nos pontaletes.

II) Procedimento executivo:

Chumbar os pontaletes em blocos de concreto de 30x30x30cm, profundidade 10cm, na posição vertical, distanciados aproximadamente 1,10 um do outro. Fixar a tela de PVC nos pontaletes através de pregos colocados na posição horizontal. Sendo uma estrutura móvel.

III) Aplicação:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Delimitar a área de execução da obra, para instalação da nova ETE, para a execução das interligações sanitárias e elétrica.

PLAN. 2.11 - Esgotamento com bomba elétrica de imersão potência 1,2 kW, até 8,00 m de profundidade

I) Conteúdo do Serviço:

Utilizam-se bombas submersíveis apropriadas para serviços de drenagem, com potência e altura de recalque determinadas em função da vazão de esgotamento necessária a preservação das condições mínimas de trabalho no decantador.

II) Procedimento executivo:

A água retirada deverá ser encaminhada para local adequado, de maneira a evitar alagamentos e danos às áreas vizinhas ao local de trabalho.

III) Aplicação:

Esgotamento do Decantador.

PLAN. 3 - DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

PLAN. 3.1 - Demolição de concreto armado com utilização de martelo rompedor

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para quebra do concreto e movimentação do material dentro da obra.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. Será utilizado o martelo pneumático para marcar e cortar o trecho. A execução deste serviço deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados.

III) Aplicação:

ETE existente.

PLAN. 3.2 - Demolição de concreto simples

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para quebra do concreto e movimentação do material dentro da obra. Não incluso transporte do material demolido.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. O piso de concreto simples deverá ser demolido cuidadosamente com a utilização de ponteiros. O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

III) Aplicação:

Contrapiso e calçada no entorno da ETE existente. E partes da mureta.

PLAN. 3.3 - Demolição de alvenaria de tijolo comum, sem reaproveitamento

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para demolição e movimentação do material dentro da obra.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. A alvenaria será demolida utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados. O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho.

III) Aplicação:

Depósito localizado na antiga ETE.

PLAN. 3.4 - Retirada de peças mecânicas

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para remoção de esquadria e movimentação do material dentro da obra.

II) Procedimento executivo:

As peças mecânicas devem ser retiradas cuidadosamente e depois transportadas e armazenadas em local apropriado e definido pela fiscalização.

III) Aplicação:

ETE existente.

PLAN. 3.5 - Remoção de guia pré-fabricada de concreto

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para remoção e movimentação do material dentro da obra.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. As guias devem ser retiradas utilizando-se ferramentas adequadas. As guias serão limpas, transportadas e armazenadas. A execução deste serviço deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados.

III) Aplicação:

Na construção das rampas e demolição da antiga ETE e construção da nova ETE..



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

PLAN. 3.6 - Retirada de pavimentação em pré-moldado de concreto c/ remoção lateral

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para remoção e movimentação do material dentro da obra.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. Os pré-moldados serão retirados utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados.

Os pré-moldados serão retirados cuidadosamente do piso a fim de que a perda seja a menor possível. Estes serão transportados e armazenados em local apropriado. Os que estiverem quebrados serão considerados entulhos, transportados para local conveniente e posteriormente retirados da obra.

III) Aplicação:

Na construção das rampas, interligação elétrica e sanitária e construção da nova ETE.

PLAN. 4 - MOVIMENTO DE TERRA

PLAN. 4.1 - Escavação manual de vala em solo de 1ª categoria (faixa de profundidade: entre 2 e 4 m)

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se escavação em situação de escoramento e material depositado ao lado da vala; os coeficientes de consumo não incluem o transporte do material escavado e o escoramento da vala. Escavação de material de 1ª categoria (qualquer tipo de solo, exceto rocha) executada manualmente. Em presença de água, considerar aumento nos coeficientes de consumo de até 20%.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. Executar escoramento para contenção das paredes da vala escavada.

III) Aplicação:

ETE existente.

PLAN. 4.2 - Apiloamento de fundo de vala com maço de 30 kg

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se mão-de-obra para lançamento e apiloamento de solo em fundo de valas com soquete ou maço.

II) Procedimento executivo:

O apiloamento do fundo da vala deverá ser realizado golpeando-se em média de 30 a 50 vezes por metro quadrado, a uma altura média de queda de 50 cm. Soquete ou maço: pedaço de madeira de formato quadrado ou retangular, com dimensões variáveis entre vinte e trinta centímetros de base, e espessura de duas ou três polegadas, com cabo



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

encaixado no mesmo.

III) Aplicação:

Na interligação elétrica e sanitária, execução das fundações (bloco e radier).

PLAN. 4.3 - Reaterro manual de vala apiloado

I) Conteúdo do Serviço:

Em alguns casos pode haver a necessidade de adquirir empréstimo de solo, que não está considerado nos coeficientes de insumo. Mão-de-obra para lançamento do material, espalhamento em camadas e apiloamento manual.

II) Procedimento executivo:

Iniciar o aterro sempre no ponto mais baixo, em camadas horizontais superpostas em camadas de 0,20 a 0,40 m de espessura. Prever o caimento lateral ou longitudinal para rápido escoamento das águas pluviais, evitando-se o seu acúmulo em qualquer ponto. O apiloamento do solo é realizado com soquete de 30 kg, golpeando aproximadamente 50 vezes por metro quadrado, a uma altura média de queda de 50 cm. Observar a umidade de compactação do solo.

III) Aplicação:

Na interligação elétrica e sanitária e execução das fundações.

PLAN. 4.4 - Aterro apiloado (manual) em camadas de 20cm com material de empréstimo.

I) Conteúdo do Serviço:

Material e mão-de-obra para lançamento do material, espalhamento em camadas e apiloamento manual.

II) Procedimento executivo:

Iniciar o aterro sempre no ponto mais baixo, em camadas horizontais superpostas em camadas de 0,20 a 0,40 m de espessura. Prever o caimento lateral ou longitudinal para rápido escoamento das águas pluviais, evitando-se o seu acúmulo em qualquer ponto. O apiloamento do solo é realizado com soquete de 30 kg, golpeando aproximadamente 50 vezes por metro quadrado, a uma altura média de queda de 50 cm. Observar a umidade de compactação do solo.

III) Aplicação:

Antiga ETE, interligação elétrica e sanitária e rampa de pedestres.

PLAN. 5 – INFRAESTRUTURA

PLAN. 5.1 – Concreto magro 1:4:8 c/ preparo manual

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento de materiais, preparo, transporte e lançamento de concreto para lastro.

II) Procedimento executivo:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

O concreto deve ser lançado e espalhado sobre solo firme, compactado ou sobre lastro de brita. Em áreas extensas ou sujeitas à grande solicitação prever juntas formando painéis de 2m x 2m até 4m x 4m, conforme utilização ou previsto em projeto. As juntas podem ser secas ou de dilatação, conforme especificado. A superfície final deve estar nivelada.

III) Aplicação:

Base resistente para trabalhos de concretagem e pisos, base de concreto da ETE e bloco de fundação.

PLAN. 5.2 - Broca de concreto armado, controle tipo "C", brita 1 e 2 , fck=13,5 Mpa, Ø 20 cm

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão de obra para perfuração em terra, com ferramenta manual até 4 m de profundidade, preparo, lançamento e aplicação do concreto estrutural e armação da broca.

II) Procedimento executivo:

Antes de iniciar os serviços, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos. Primeiramente, local os pontos de execução das estacas, através da marcação de seus eixos em gabaritos de madeira. A perfuração será executada com o auxílio de um trado manual, sem o uso de revestimento, até a profundidade prevista no projeto. A estaca terá profundidade mínima de 2,00m. Antes de lançar o concreto, limpar o fundo da perfuração, removendo material desagregado durante a escavação e, caso ocorra o acúmulo de água e lama, estas deverão ser removidas. O concreto deverá ser lançado do topo da perfuração com o auxílio de um funil. A concretagem só poderá ser executada após conferência da fiscalização

III) Aplicação:

Pilares de sustentação da estrutura espacial de cobertura.

PLAN. 5.3 - Fôrma de madeira para fundação, com tábuas e sarrafos

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se material e mão-de-obra para fabricação, montagem, escoramento e desforma.

II) Procedimento executivo:

As tábuas devem ser colocadas com lado do cerne para o interior das fôrmas. As juntas entre as tábuas devem ser bem fechadas, para impedir o vazamento da nata de cimento. Os sarrafos são utilizados para fazer o travamento da fôrma. Pouco antes da concretagem, escovar e molhar as fôrmas no lado interno. Desforma: utilizar cunhas de madeira e agente desmoldante (aplicado uma hora antes da concretagem). Evitar a utilização de pé-de-cabra.

III) Aplicação:

Na execução das fundações (bloco e radier).



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

PLAN. 5.4 - Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra

I) Conteúdo do Serviço:

Os coeficientes de consumo incluem corte, dobra e montagem da armadura nas fôrmas. Para esta composição admitiu-se uma perda de 10% no consumo de aço, embora dependendo do grau de organização do canteiro e controle sobre os materiais, estas perdas possam variar de 4 à 16%.

II) Procedimento executivo: Obedecer rigorosamente o projeto. Executar o dobramento em cima de bancadas, conforme tamanho da obra e com comprimento suficiente para barras mais compridas. Limpar as barras de aço, removendo qualquer substância prejudicial à aderência do concreto. Remover também as crostas de ferragem e ferrugem.

III) Aplicação:

Bloco de fundação e base de concreto da Nova ETE (Radier).

PLAN. 5.5 - Concreto estrutural virado em obra, controle "C", consistência para vibração, seixo rolado, fck 15 MPa

I) Conteúdo do Serviço:

Considera materiais e mão-de-obra para dosagem, preparo e mistura de concreto virado em obra com betoneira. Não estão considerados nesta composição o transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto. Tem como base o custo horário do equipamento.

II) Procedimento executivo:

MISTURA: a sequência da colocação dos materiais na betoneira deve ser a seguinte: brita, água com eventuais aditivos líquidos, cimento e por último a areia, que devem ser colocados com a betoneira girando e o amassamento deve durar o tempo necessário para permitir a homogeneização da mistura de todos os elementos. ENSAIOS: programar a moldagem de corpos-de-prova para cada etapa construtiva, no máximo a cada 25 a 30 m³ de concreto amassado e pelo menos uma vez por dia e sempre que houver alteração de traço, mudança de agregados ou marcas de cimento. Realizar ensaios de resistência dos corpos-de-prova com idade de sete dias. A resistência alcançada deve ser maior que 60% da resistência característica exigido pelo projeto aos 28 dias.

III) Aplicação:

Bloco de fundação e base de concreto da Nova ETE (Radier).

PLAN. 5.6 - Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se mão-de-obra e equipamento necessários para o transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto aplicado em fundações do tipo viga baldrame. Sendo o transporte feito com carrinho-de-mão.

II) Procedimento executivo:

Observar se as juntas entre as fôrmas estão bem vedadas para evitar o vazamento da nata



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

de cimento. TRANSPORTE: deverá ser feito de modo a evitar a segregação. Utilizar carrinhos de mão (com pneus de borracha) somente para pequenas distâncias. Prever rampas de acesso às formas. Iniciar a concretagem pela parte mais distante. LANÇAMENTO: deverá ser feito logo após o amassamento, nas fôrmas previamente molhadas. Em nenhuma hipótese lançar o concreto com pega já iniciada. A altura de lançamento não pode ultrapassar, conforme as normas, 2 m. Nas peças com altura maiores que 3 m, o lançamento do concreto deve ser feito em etapas, por janelas abertas na parte lateral das fôrmas. Em alturas de quedas maiores, usar tubos, calhas ou trombas. ADENSAMENTO / VIBRAÇÃO: começar a vibrar logo após o lançamento. Evitar vibrar a menos de 10 cm da parede da fôrma. A profundidade de vibração não deve ser maior do que o comprimento da agulha de vibração. Evitar vibrar além do tempo recomendado para que o concreto não desande. O processo de vibração deve ser cuidadoso, introduzindo e retirando a agulha, de forma que a cavidade formada se feche naturalmente. Várias incisões, mais próximas e por menos tempo, produzem melhores resultados. ACABAMENTO: sarrafear a superfície de lajes e vigas com uma régua de alumínio posicionada entre as taliscas e desempenar com desempenadeira de madeira, formando as guias e mestras de concretagem. Em seguida, deve-se verificar o nível das mestras com aparelho de nível, remover as taliscas, sarrafear o concreto entre as mestras e executar o acabamento final com desempenadeira de madeira. CURA: deve ser iniciada assim que terminar a concretagem, mantendo o concreto úmido por, pelo menos, 7 dias. Molhar as fôrmas no caso de pilares e vigas. Cobrir a superfície concretada com material que possa manter-se úmido (areia, serragem, sacos de pano ou de papel, etc.). Proteger a área concretada do sol e do vento até a desforma.

III) Aplicação:

Bloco de fundação e base de concreto da Nova ETE (Radier).

PLAN. 6 - SUPERESTRUTURA

PLAN. 6.1 - Fôrma de papelão em perfil cilíndrico para pilares - Ø 25 cm

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se material e mão-de-obra para montagem e desforma dos tubos cilíndricos de papelão com revestimento interno de papel não aderente ao concreto e acabamento externo de papel impermeável.

II) Procedimento executivo:

De acordo com o projeto executivo de estrutura e normas da ABNT. A execução da fôrma e seus escoramentos devem garantir nivelamento, prumo, esquadro, paralelismo, alinhamento das peças e impedir o aparecimento de ondulações na superfície do concreto acabado. A construtora/empreiteiro deve dimensionar os travamentos e escoramento das fôrmas de acordo com os esforços e por meio de elementos de resistência adequada e em quantidade suficiente, considerando o efeito do adensamento. As cotas e níveis devem obedecer rigorosamente o projeto executivo de estrutura. Executar cambota (armação de madeira que serve de molde e suporte à arcos) na base do pilar para sua perfeita colocação (os caibros foram dimensionados para fixação no topo, base e centro da fôrma para um pilar de altura média de 3,00m). Altura recomendável: até 3,50m. Na parte superior, abre-se na fôrma de laje ou viga o círculo correspondente ao diâmetro externo do pilar. As aberturas correspondentes às vigas são feitas com serrote ou máquina de corte. Localizar a ferragem do pilar anteriormente à colocação da fôrma, verificando que a



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

amarração dos estribos não deixe pontas de arame externamente. Para perfeito acabamento externo do pilar deve ser amarradas pastilhas de concreto à ferragem. Colocar a fôrma verticalmente, vestindo a ferragem e encaixando-a na cambota da base. A fôrma deve ser colocada na hora da concretagem, mas se for colocada antes, proteger a boca superior com lona plástica. Concreta-se em uma só etapa, procedendo-se à vibração com mangote no sistema tradicional. Após a cura do concreto, corta-se a parede de papelão da forma com serra elétrica, ou outro instrumento, descolando-a do concreto.

III) Aplicação:

Pilares de sustentação da estrutura espacial de cobertura.

PLAN. 6.2 - Forma madeira comp resinada 12mm p/ estrutura - corte/montagem/escoramento/desforma

I) Conteúdo do Serviço:

Os coeficientes de consumo incluem corte, dobra e montagem da armadura nas fôrmas. Para esta composição admitiu-se uma perda de 10% no consumo de aço, embora dependendo do grau de organização do canteiro e controle sobre os materiais, estas perdas possam variar de 4 à 16%. Os vergalhões CA-50 são barras de aço obtidas por laminação a quente de tarugos de lingotamento contínuo. Resistência característica de escoamento (fy) 500 MPa.

II) Procedimento executivo:

Obedecer rigorosamente o projeto. Executar o dobramento em cima de bancadas, conforme tamanho da obra e com comprimento suficiente para barras mais compridas. Limpar as barras de aço, removendo qualquer substância prejudicial à aderência do concreto. Remover também as crostas de ferragem e ferrugem.

III) Aplicação:

Laje da casa de máquinas da nova ETE e pilares.

PLAN. 6.3 - Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra

I) Conteúdo do Serviço:

Os coeficientes de consumo incluem corte, dobra e montagem da armadura nas fôrmas. Para esta composição admitiu-se uma perda de 10% no consumo de aço, embora dependendo do grau de organização do canteiro e controle sobre os materiais, estas perdas possam variar de 4 à 16%. Os vergalhões CA-50 são barras de aço obtidas por laminação a quente de tarugos de lingotamento contínuo. Resistência característica de escoamento (fy) 500 MPa.

II) Procedimento executivo:

Obedecer rigorosamente o projeto. Executar o dobramento em cima de bancadas, conforme tamanho da obra e com comprimento suficiente para barras mais compridas. Limpar as barras de aço, removendo qualquer substância prejudicial à aderência do concreto. Remover também as crostas de ferragem e ferrugem.

III) Aplicação:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Pilar e laje da casa de máquinas da nova ETE.

PLAN. 6.4 - Concreto estrutural virado em obra , controle "B", consistência para vibração, seixo rolado, fck 20 MPa

I) Conteúdo do Serviço:

Considera materiais e mão-de-obra para dosagem, preparo e mistura de concreto virado em obra com betoneira. Não estão considerados nesta composição o transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto. Tem como base o custo horário do equipamento.

II) Procedimento executivo:

MISTURA: a sequência da colocação dos materiais na betoneira deve ser a seguinte: brita, água com eventuais aditivos líquidos, cimento e por último a areia, que devem ser colocados com a betoneira girando e o amassamento deve durar o tempo necessário para permitir a homogeneização da mistura de todos os elementos. ENSAIOS: programar a moldagem de corpos-de-prova para cada etapa construtiva, no máximo a cada 25 a 30 m³ de concreto amassado e pelo menos uma vez por dia e sempre que houver alteração de traço, mudança de agregados ou marcas de cimento. Realizar ensaios de resistência dos corpos-de-prova com idade de sete dias. A resistência alcançada deve ser maior que 60% da resistência característica exigido pelo projeto aos 28 dias.

III) Aplicação:

Pilar e laje da casa de máquinas da nova ETE.

PLAN. 6.5 - Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se mão-de-obra e equipamento necessários para o transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto aplicado em fundações do tipo viga baldrame. Sendo o transporte feito com carrinho-de-mão. Estima-se que o consumo de mão-de-obra para o caso de fundações seja bem superior ao da concretagem em estruturas devido à dificuldade de acesso entre uma viga de fundação e outra, normalmente os terrenos estão com lama, o caminho é precário e o volume concretado é pequeno em relação à concretagem de um pavimento (laje+viga). Tem como base o custo horário do equipamento.

II) Procedimento executivo:

Observar se as juntas entre as fôrmas estão bem vedadas para evitar o vazamento da nata de cimento. TRANSPORTE: deverá ser feito de modo a evitar a segregação. Utilizar carrinhos de mão (com pneus de borracha) somente para pequenas distâncias. Prever rampas de acesso às formas. Iniciar a concretagem pela parte mais distante. LANÇAMENTO: deverá ser feito logo após o amassamento, nas fôrmas previamente molhadas. Em nenhuma hipótese lançar o concreto com pega já iniciada. A altura de lançamento não pode ultrapassar, conforme as normas, 2 m. Nas peças com altura maiores que 3 m, o lançamento do concreto deve ser feito em etapas, por janelas abertas na parte lateral das fôrmas. Em alturas de quedas maiores, usar tubos, calhas ou trombas. ADENSAMENTO / VIBRAÇÃO: começar a vibrar logo após o lançamento. Evitar vibrar a menos de 10 cm da parede da fôrma. A profundidade de vibração não deve ser maior do



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

que o comprimento da agulha de vibração. Evitar vibrar além do tempo recomendado para que o concreto não desande. O processo de vibração deve ser cuidadoso, introduzindo e retirando a agulha, de forma que a cavidade formada se feche naturalmente. Várias incisões, mais próximas e por menos tempo, produzem melhores resultados. ACABAMENTO: sarrafejar a superfície de lajes e vigas com uma régua de alumínio posicionada entre as taliscas e desempenar com desempenadeira de madeira, formando as guias e mestras de concretagem. Em seguida, deve-se verificar o nível das mestras com aparelho de nível, remover as taliscas, sarrafejar o concreto entre as mestras e executar o acabamento final com desempenadeira de madeira. CURA: deve ser iniciada assim que terminar a concretagem, mantendo o concreto úmido por, pelo menos, 7 dias. Molhar as fôrmas no caso de pilares e vigas. Cobrir a superfície concretada com material que possa manter-se úmido (areia, serragem, sacos de pano ou de papel, etc.). Proteger a área concretada do sol e do vento até a desforma.

III) Aplicação:

Pilar e laje da casa de máquinas da nova ETE.

PLAN. 7 - PAREDES E VEDAÇÕES

PLAN. 7.1 - Alvenaria elem. vazado concreto veneziana 15x22x39cm 72A - NEO REX cimento/areia 1:3

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se a área executada, em metros quadrados, obtida em apenas uma das faces do plano de assentamento.

II) Procedimento executivo:

Para o assentamento de elementos vazados de concreto, será utilizado argamassa traço 1:5 de cimento e areia, com juntas de 1,0 cm. As juntas de ligação entre elementos vazados e a parede deverão ser uniformes e ter espessura de 1,0 cm. Os elementos vazados serão assentados como alvenarias convencionais. No assentamento de apenas um elemento vazado em abertura de parede, deverá ser estendida uma camada de argamassa na parte inferior da abertura, nas laterais e na parte superior do elemento. A seguir, o cobogó deverá ser encaixado na abertura observando-se o preenchimento total das juntas com argamassa, seu alinhamento horizontal e vertical com a parede. Nos fechamentos que exijam mais de um elemento vazado, estes deverão ser assentados em fiadas horizontais consecutivas até o preenchimento do espaço determinado no projeto. Antes de ser iniciado o assentamento, deverão ser previamente marcadas e niveladas todas as juntas, de maneira a garantir um número inteiro de fiadas. O assentamento será iniciado pelos cantos ou extremidades, colocando-se o elemento vazado sobre uma camada de argamassa previamente estendida. Entre dois cantos ou extremos já levantados, será esticada uma linha que servirá como guia, garantindo-se o prumo e horizontalidade de cada fiada. Se a espessura do elemento vazado não coincidir com a da parede, o mesmo deverá ser alinhado por uma das faces (interna ou externa) ou pelo eixo da parede, sendo que tais alinhamentos serão feitos de acordo com as indicações detalhadas no projeto. Deverá ser utilizado o prumo de pedreiro para o alinhamento vertical.

III) Aplicação:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Casa de máquinas

PLAN. 7.2 - Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, ½ vez, assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), e=1cm

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se material e mão-de-obra para preparo da argamassa, marcação e execução da alvenaria de vedação. Exceto os serviços de fixação (encunhamento) da alvenaria. Perda adotada para os blocos cerâmicos: 10%.

II) Procedimento executivo:

Executar a marcação da modulação da alvenaria, assentando-se os tijolos dos cantos, em seguida, fazer a marcação da primeira fiada com tijolos assentados sobre uma camada de argamassa previamente estendida, alinhados pelo seu comprimento. Atenção à construção dos cantos, que deve ser efetuada verificando-se o nivelamento, esquadro, prumo e espessura das juntas, porque eles servirão como gabarito para a construção em si. Esticar uma linha que servirá como guia, garantindo o prumo e horizontalidade da fiada. Verificar o prumo de cada bloco assentado. As juntas entre os tijolos devem estar completamente cheias, com espessura de 10 mm. As juntas verticais não devem coincidir entre fiadas contínuas, de modo a garantir a amarração dos tijolos. As três primeiras fiadas devem assentadas e revestidas com argamassa impermeabilizante.

III) Aplicação:

Construção da casa de máquinas da nova ETE.

PLAN. 7.3 - Alvenaria estrutural com blocos de concreto, 19 x 19 x 39 cm, espessura da parede 19 cm, juntas de 10 mm com argamassa industrializada

I) Conteúdo do Serviço:

Consideram-se material e mão-de-obra para preparo da argamassa, marcação e execução da alvenaria. Excetos serviços de fixação, cinta de amarração, armação e grout da alvenaria. Perda adotada para os blocos de concreto: 5%. A alvenaria estrutural com blocos é utilizada com armação em muitas situações; nestas ocorrências, acrescentar as quantidades especificadas da argamassa para grout e da ferragem.

II) Procedimento executivo:

Executar a marcação da modulação da alvenaria, assentando-se os blocos dos cantos; em seguida, fazer a marcação da primeira fiada com blocos assentados sobre uma camada de argamassa previamente estendida, alinhados pelo seu comprimento. Atenção à construção dos cantos, que deve ser efetuada verificando-se o nivelamento, perpendicularidade, prumo e espessura das juntas, porque eles servirão como gabarito para a construção em si. Os blocos dos cantos deverão ser assentados com o auxílio do escantilhão e régua técnica de prumo e nível. Esticar uma linha que servirá como guia, garantindo-se o prumo e horizontalidade da fiada. Verificar o prumo de cada bloco assentado. As juntas entre os blocos devem estar completamente cheias, com espessura de 10 mm. Os blocos devem ser colocados em pé para receber a argamassa que fará a junta vertical entre eles. As juntas verticais não devem coincidir entre fiadas contínuas, de modo a garantir a amarração dos blocos. A limpeza pode ser efetuada após o frisamento, utilizando-se pano grosso ou esponja seca, evitando-se com isso produzir manchas (esbranquiçadas) sobre



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

os blocos. Quando o projeto estrutural prevê a utilização de enrijecedores verticais (pontos de grout), a colocação das armaduras deve ser precedida da limpeza das rebarbas de argamassa dos furos e abertura das espigas na base das paredes, para controle da chegada do grout até o fundo do furo. O lançamento do grout, efetuado após a limpeza do furo, deve ser feito no mínimo após 24 horas do assentamento dos blocos. A altura máxima de lançamento é de 3 m. Recomenda-se, no entanto, lançamento de alturas não superiores a 1,40 m com grout auto-adensável. Amarração das paredes: ferros utilizados são do tipo CA-50 e bitola de 5 mm; essas amarrações deverão ser feitas alternadamente a cada duas fiadas, entre as juntas. Executar cintas de amarração, enrijecendo as canaletas com concreto até a altura das mesmas, garantindo-se a solda com a parte superior através de estribos ou arranques.

III) Aplicação:

Na construção das rampas de veículos e pedestres.

PLAN. 8 - REVESTIMENTOS

PLAN. 8.1 - Chapisco traço 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para preparo e aplicação da argamassa. O chapisco é empregado como base para outros revestimentos, quando a superfície for muito lisa ou pouco aderente, ou ainda quando apresentar áreas com diferentes graus de absorção.

II) Procedimento executivo:

Para aplicação do chapisco, a base devera estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos, ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência. Quando a base apresentar elevada absorção, molhar antes da aplicação. A aplicação do chapisco devera ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base que se pretende revestir.

III) Aplicação:

Na alvenaria da casa de máquinas e das rampas de veículos e pedestres.

PLAN. 8.2 - Emboço paulista (massa única) traço 1:3 (cimento e areia), espessura 2,0cm, preparo manual

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para preparo e aplicação da argamassa. Amassamento feito mecanicamente através de argamassadeira.

II) Procedimento executivo:

O emboço deve ser iniciado somente após concluído o respectivo projeto do sistema de revestimento, obedecendo aos seguintes prazos mínimos:

a) 24 horas após a aplicação do chapisco.

b) 14 dias de idade das alvenarias cerâmicas, para início do emboço.

A espessura máxima admitida para revestimento é de 20 mm, segundo NBR 13749. Usar guias para sarrafeamento, espaçadas no mínimo 2m. Após a execução das guias ou mestras deverá ser aplicada a argamassa, entre as guias em camada uniforme de



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

espessura nivelada, fortemente comprimida sobre a superfície a ser revestida, com auxílio da colher de pedreiro. Retirar o excesso e regularizar a superfície com a passagem do sarrafo. Em seguida, as depressões deverão ser preenchidas mediante novos lançamentos de argamassa nos pontos necessários, repetindo-se a operação até conseguir uma superfície cheia e homogênea. Desvio de prumo tolerável: 3 mm por metro.

III) Aplicação:

Na alvenaria da casa de máquinas e das rampas de veículos e pedestres.

PLAN. 9 - COBERTURA

PLAN. 9.1 - Abrigo para autos, em estrutura metálica tubular c/ cobertura de telhas metálicas padrão MPE/AM

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento e instalação de estrutura tubular, inclusive fundações, com cobertura em telha metálica, para abrigo de veículos, padrão PGJ/AM

II) Procedimento executivo:

A estrutura e a cobertura deverão ser instaladas e fabricadas de modo a ficarem idênticas aos abrigos já existentes.

III) Aplicação:

No lugar da antiga ETE a ser demolida.

PLAN. 9.2 - Pilar metálico tubular com base, c= 1,10m

I) Conteúdo do Serviço:

Fabricação e instalação de pilar tubular metálico com base parafusada, juntamente com o macaco-hidráulico para sua instalação.

II) Procedimento executivo:

A estrutura espacial de cobertura deverá ser suspensa através de macaco-hidráulico e escorada para a perfeita instalação do pilar.

III) Aplicação:

Sustentação de estrutura espacial de cobertura que tem como apoio a ETE antiga que será demolida.

PLAN. 10 - PAVIMENTAÇÃO

PLAN. 10.1 - Reassentamento de artefato de concreto, com reaproveitamento deste, sobre colchão de areia ou material equivalente e o fornecimento de todos os materiais.

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para retirada das peças, preparo da base de areia e recolocação dos paralelepípedos. Considerando 5% de perdas.

II) Procedimento executivo:

Para o assentamento, ao longo do subleito preparado, deve ser observado o alinhamento,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

perfil e dimensão estabelecidos no projeto. As peças devem ser assentadas sobre leito do lastro da areia de 5 cm de espessura e rejuntadas com a argamassa, bem alinhadas e niveladas. O fundo da vala deve ser apiloado e regularizado. Escorar as juntas com blocos cônicos de concreto com diâmetro na base aproximado de 25 cm. A área atrás das guias (mínimo de 50 cm) deve ser reaterrada com terra de boa qualidade e compactada com soquete.

III) Aplicação:

Na interligação elétrica e sanitária da nova ETE e rampas de veículos e pedestres.

PLAN. 10.2 - Guia pré-fabricada de concreto reta ou curva assentada com concreto, fck=15 Mpa, controle tipo "C"

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para preparo e lançamento do concreto, colocação das guias, reaterro e apiloamento da vala.

II) Procedimento executivo:

Para o assentamento das guias, ao longo do subleito preparado, deve ser observado o alinhamento, perfil e dimensão estabelecidos no projeto. As peças devem ser assentadas sobre leito do lastro da areia de 5 cm de espessura e rejuntadas com a argamassa, bem alinhadas e niveladas. O fundo da vala deve ser apiloado e regularizado. Escorar as juntas com blocos cônicos de concreto com diâmetro na base aproximado de 25 cm. A área atrás das guias (mínimo de 50 cm) deve ser reaterrada com terra de boa qualidade e compactada com soquete.

III) Aplicação:

Na construção do novo estacionamento.

PLAN. 10.3 - Execução de calçada em concreto 1:3:5 (fck=12 mpa) preparo mecânico, e=7cm

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento dos materiais e execução dos serviços, inclusive juntas secas.

II) Procedimento executivo:

Utilizar traço 1:3:5, de cimentado com espessura média com 7cm. Utilizar junta de dilatação plástica, no máximo, a cada 1,5 metros. Obter uma superfície desempenada e bem nivelada.

III) Aplicação:

Na rampa de pedestres e em frente e ao lado da rampa.

PLAN. 10.4 - Pavimentação articulada de blocos de concreto hexagonal sobre coxim de areia, e=8cm

I) Conteúdo do Serviço:

Material e mão-de-obra para espalhar a areia, assentar os blocos e preencher as juntas.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

II) Procedimento executivo:

O terreno deve estar regularizado e devidamente compactado. Espalhar uma camada de areia de 3 a 5cm, em linhas transversais em relação à direção do tráfego.

As peças devem ser assentadas sobre o lastro de areia, encaixando perfeitamente, formando fiadas e mantendo a homogeneidade da espessura das juntas, que não devem exceder a 1 cm.

Preencher as juntas com areia, saturando as completamente, os intervalos dos blocos.

III) Aplicação:

Na construção do novo estacionamento.

PLAN. 11 - PINTURA

PLAN. 11.1 - Pintura esmalte fosco, duas demãos, para ferro

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para pintura em ferro.

II) Procedimento executivo:

O pó deverá ser eliminado, escovando-se ou espanando-se a superfície. Pontos de ferrugem deverão ser completamente eliminados através de lixamento manual ou mecânico. Partes soltas ou crostas de tintas antigas, se houver, serão eliminadas com espátula e lixa ou com removedor. Se a pintura antiga estiver em bom estado, deverá ser lixada com lixa de ferro nº 180, até a total eliminação do brilho. O pó será eliminado e será aplicada a tinta de acabamento. Se a pintura antiga estiver em mau estado, deverá ser eliminada com removedor. Em seguida, a superfície será lavada com aguarrás. Após sua secagem, será aplicada uma demão de zarcão. Seco o zarcão, a superfície será lixada e o pó eliminado. Por fim será aplicada a tinta de acabamento.

III) Aplicação:

Pilares de sustentação da estrutura espacial de cobertura, gradil da nova ETE e guarda-corpo da rampa de pedestres.

PLAN. 11.2 - Demarcação com tinta acrílica para pisos de faixas para estacionamento

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento dos materiais e execução dos serviços, constituindo limpeza, lixamento, demarcação da faixa com fita crepe e duas demãos de tinta acrílica para piso.

II) Procedimento executivo:

A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação. (NBR 13245).

A tinta deve ser diluída com água potável, de acordo com recomendações do fabricante.

Evitar pintura de áreas externas em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que podem transportar, para a pintura, poeira ou partículas suspensas no ar.

A aplicação pode ser feita com rolo de lã ou trincha (verificar instruções do fabricante).



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Aguardar 48 horas para liberar o piso ao tráfego de pessoas ou 72 horas para tráfego de veículos.

III) Aplicação:

Demarcação das faixas das novas vagas de estacionamento.

PLAN. 11.3 - Pintura com tinta látex acrílica em parede externa, com duas demãos, sem massa corrida

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para lixar a superfície, aplicação de líquido preparador (selador) e pintura de parede externa com látex acrílico. Não inclui serviço de emassamento. Látex acrílico: Indicado para o revestimento (pintura, decoração e proteção) de superfícies externas e internas de alvenaria, concreto, massa acrílica ou corrida, telhas e blocos de cimento e PVC.

II) Procedimento executivo:

A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca e isenta de gordura, graxa ou mofo. Aplicar sobre o reboco selador e aguardar a cura e secagem por no mínimo 30 dias. Concreto, gesso ou blocos de concreto aplicar previamente fundo preparador. Aplicar com rolo de lã. Intervalo entre as demãos 4 horas.

III) Aplicação:

Mureta da nova ETE, casa de máquinas e pilares de concreto.

PLAN. 11.4 - Emassamento com massa acrílica para ambientes internos/externos, uma demão

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para aplicação de massa acrílica em parede externa. Não inclui o serviço de fundo preparador ou selador. Massa acrílica: Indicada para nivelar e corrigir imperfeições rasas de superfícies externas e internas de reboco, gesso, massa fina, fibrocimento, concreto, blocos de concreto e paredes pintadas com látex PVA ou acrílico.

II) Procedimento executivo:

A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca e isenta de gordura, graxa ou mofo. Aplicar sobre o reboco selador e aguardar a cura e secagem por no mínimo 30 dias. Concreto, gesso ou blocos de concreto aplicar previamente fundo preparador.

III) Aplicação:

Mureta da nova ETE e casa de máquinas.

PLAN. 12 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA

PLAN. 12.1 - Eletroduto de PVC rígido roscável, sem conexões Ø 32 mm (1")

I) Conteúdo do Serviço:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Considera material e mão-de-obra para corte, abertura da rosca, limpeza e encaixe do eletroduto.

II) Procedimento executivo:

Fixar o eletroduto, evitando que ele seja ovalizado pela morsa, o que resultaria numa rosca imperfeita. Cortar o eletroduto no esquadro e remover as rebarbas, medindo em seguida o comprimento máximo da rosca a ser feita para evitar abertura em excesso. Empregar sempre tarraxas para tubos (eletrodutos) de PVC, os cossinetes usados para tubos de aço não devem ser utilizados nos tubos de PVC. Encaixar o eletroduto na tarraxa pelo lado da guia, girando 1 volta para a direita e ¼ de volta para a esquerda, repetindo a operação até obter a rosca no comprimento desejado. Para juntas em locais sujeitos à umidade, fazer a limpeza do eletroduto e aplicar fita veda rosca sobre os filetes, em favor da rosca, de tal modo que cada volta ultrapasse a outra em ½ cm. Não fazer abertura de bolsas e a curvatura de tubos a fogo.

III) Aplicação:

Interligação elétrica da ETE.

PLAN. 12.2 - Curva 90° de PVC rígido para eletroduto roscável, Ø 32 mm (1")

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento e a instalação de curva 90° de PVC rígido para eletroduto roscável.

II) Procedimento executivo:

Cortar os eletrodutos perpendicularmente a seu eixo e executar de forma a não deixar rebarbas e outros elementos capazes de danificar a isolamento dos condutores no momento da enfição. Executar as junções com luvas e de maneira que as pontas dos tubos se toquem, devendo apresentar resistência à tração pelo menos igual à dos eletrodutos.

III) Aplicação:

Interligação elétrica da ETE.

PLAN. 12.3 - Luva de PVC para eletroduto rígido roscável, Ø 32 mm (1")

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento e a instalação de curva 90° de PVC rígido para eletroduto roscável.

II) Procedimento executivo:

Cortar os eletrodutos perpendicularmente a seu eixo e executar de forma a não deixar rebarbas e outros elementos capazes de danificar a isolamento dos condutores no momento da enfição. Executar as junções com luvas e de maneira que as pontas dos tubos se toquem, devendo apresentar resistência à tração pelo menos igual à dos eletrodutos.

III) Aplicação:

Interligação elétrica da ETE.

PLAN. 12.4 - Cabo isolado em PVC seção 6 mm² - 750 V - 70°C - flexível



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para limpeza e secagem dos eletrodutos, preparo, corte do cabo e enfição em eletroduto. Os coeficiente de consumos incluem as perdas relativas ao corte do cabo. Cabo para uso em instalações internas fixas de luz e força em prédios residenciais, comerciais e industriais, em circuitos de distribuição e terminais, em redes aéreas internas e também em redes subterrâneas de distribuição. Classificação 5 encordoamento: condutores encordoados, flexíveis.

II) Procedimento executivo:

A instalação consisti na passagem dos cabos utilizando arame guia através de eletrodutos, conexões, caixas de passagem existentes entre os pontos de ligação. Deverão ser respeitados o número máximo de condutores por duto, as tensões de tracionamento e os raios de curvatura admissíveis.

III) Aplicação:

Interligação elétrica da ETE.

PLAN. 12.5 - Disjuntor tripolar termomagnético de 40 A em quadro de distribuição

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para instalação de disjuntor termomagnético em quadros elétricos. Características de disparo "C" adequados a circuitos com aparelhos de natureza indutiva, tais como lâmpadas fluorescentes, máquinas de lavar roupa ou louças, geladeiras, motores de bombas e tomadas de áreas de serviços. Em ambos os casos, os disjuntores protegem integralmente os condutores elétricos da instalação contra curtos-circuitos e sobrecargas. Disjuntor termomagnético padrão Europeu (NEMA).

II) Procedimento executivo:

Fazer a montagem mecânica do disjuntor, onde os disjuntores são fixados à placa de montagem através de trilho adequado que acompanha o barramento correspondente e em seguida fazer a ligação elétrica.

III) Aplicação:

Quadro Geral localizado no prédio anexo e no quadro de comando da ETE

PLAN. 12.6 - Caixa em alvenaria (40X40cm) de tijolo, lastro de brita, sem tampa

I) Conteúdo do Serviço:

Escavação manual em terra de qualquer natureza, acréscimos laterais da escavação para a caixa, apiloamento do fundo da cava e reaterro

Fornecimento e lançamento de concreto para lastro.

Parede executada em alvenaria de tijolos comuns, revestimento interno com adição de hidrófugo.

I) Procedimento executivo:

Obedecer as características dimensionais e demais recomendações existentes no projeto, para cada caso. Escavação manual em terra de qualquer natureza e apiloamento do



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

fundo.

Quando executada em terreno natural, observar o ressalto de 5cm em relação ao terreno; quando executada em piso pavimentado, deve estar alinhada ao mesmo e receber o mesmo tipo de acabamento na tampa. Um eventual desnível nunca poderá ser maior que 1,5cm. Os vãos entre as paredes da caixa e a tampa não poderão ser superiores a 1,5cm (NBR 9050). Fundo em lastro de concreto simples: traço 1:4:8 (cimento, areia e brita). Assentamento da alvenaria: argamassa traço 1:0,5:4,5 (cimento, cal e areia). Argamassa de revestimento da alvenaria e regularização do fundo: argamassa traço 1:3:0,05 (cimento, areia peneirada - granulometria até 3mm - e hidrófugo). Quando utilizadas para rede elétrica, as caixas devem ter: - Lastro de brita, apiloado e nivelado, espessura de 20cm

abaixo do lastro de concreto, quando não especificado em projeto; - Os eletrodutos de entrada e saída instalados de 15 a 30cm abaixo da tampa, conforme as dimensões da caixa e necessidade do projeto.

II) Aplicação:

Interligação elétrica da nova ETE

PLAN. 12.7 - Fornecimento e assentamento de tampão de ferro fundido 40x40cm, carga máx. 2000kg

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento da tampa preparação da caixa e assentamento da mesma.

II) Procedimento executivo:

O tampão será assentado com a base do caixilho diretamente sobre a base excêntrica ou sobre o anel pré-moldado. Caso seja necessário, serão feitos ajustes com argamassa ou com uma fiada de tijolos cerâmicos maciços, a fim de nivelar o tampão com o greide da rua. Deverá ser observada a operação de fechamento e abertura do mesmo, quando submetido ao tráfego de veículos em condições normais, para se corrigir possíveis erros no assentamento. Salvo menção expressa, a cota superior do tampão da caixa de inspeção ou passagem deverá ficar 1,0cm acima da cota do greide primitivo, deixando-se ressalto não superiores a 2,0cm.

III) Aplicação:

Nas caixas de passagem elétricas.

PLAN. 13 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA E DE ÁGUAS PLUVIAIS

PLAN. 13.1 - Tubo PBV de PVC reforçado bege pérola, sem conexões , Ø 150 mm

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para corte, limpeza, encaixe e instalação da tubulação, não incluso as conexões. Cor bege pérola. Projetados para trabalhar como conduto livre (sem pressão). Os tubos de PVC reforçado são fabricados em barras de 3 m, com ponta bolsa e virola e em barras de 6 m com ponta lisa.

II) Procedimento executivo:

Limpar a ponta e a bolsa do tubo e acomodar o anel de borracha na virola da bolsa. Marcar



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

a profundidade da bolsa na ponta do tubo. Após colocar o anel na virola (canaleta), aplicar a pasta lubrificante no anel e na ponta do tubo. Não usar óleo ou graxa, que poderão atacar o anel de borracha. Encaixar a ponta chanfrada do tubo no fundo da bolsa, recuar 5mm no caso de canalizações expostas e 2mm para canalizações embutidas, tendo como referência a marca previamente feita na ponta do tubo. Esta folga se faz necessária para a dilatação da junta.

III) Aplicação:

Interligação sanitária da ETE

PLAN. 13.2 - Caixa de alvenaria (80X80cm) de tijolo, lastro de concreto, sem tampa

I) Conteúdo do Serviço:

Escavação manual em terra de qualquer natureza, acréscimos laterais da escavação para a caixa, apiloamento do fundo da cava e reaterro

Fornecimento e lançamento de concreto para lastro.

Parede executada em alvenaria de tijolos comuns, revestimento interno com adição de hidrófugo.

II) Procedimento executivo:

Obedecer as características dimensionais e demais recomendações existentes no projeto, para cada caso. Escavação manual em terra de qualquer natureza e apiloamento do fundo.

Quando executada em terreno natural, observar o ressalto de 5cm em relação ao terreno; quando executada em piso pavimentado, deve estar alinhada ao mesmo e receber o mesmo tipo de acabamento na tampa. Um eventual desnível nunca poderá ser maior que 1,5cm. Os vãos entre as paredes da caixa e a tampa não poderão ser superiores a 1,5cm (NBR 9050). Fundo em lastro de concreto simples: traço 1:4:8 (cimento, areia e brita). Assentamento da alvenaria: argamassa traço 1:0,5:4,5 (cimento, cal e areia). Argamassa de revestimento da alvenaria e regularização do fundo: argamassa traço 1:3:0,05 (cimento, areia peneirada - granulometria até 3mm - e hidrófugo). Quando utilizadas para esgoto, as caixas devem ter: Canaleta direcional, que deve ser executada utilizando-se um tubo de PVC como molde e as laterais do fundo devem ter uma inclinação mínima de 5%, em caso de necessidade de outras entradas nas paredes laterais da caixa.

III) Aplicação:

Interligação sanitária da ETE.

PLAN. 13.3 - Fornecimento e assentamento de tampão de ferro fundido 80x80cm, carga máx. 2000kg

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento da tampa preparação da caixa e assentamento da mesma

II) Procedimento executivo:

O tampão será assentado com a base do caixilho diretamente sobre a base excêntrica ou sobre o anel pré-moldado. Caso seja necessário, serão feitos ajustes com argamassa ou



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

com uma fiada de tijolos cerâmicos maciços, a fim de nivelar o tampão com o greide da rua. Deverá ser observada a operação de fechamento e abertura do mesmo, quando submetido ao tráfego de veículos em condições normais, para se corrigir possíveis erros no assentamento. Salvo menção expressa, a cota superior do tampão da caixa de inspeção ou passagem deverá ficar 1,0cm acima da cota do greide primitivo, deixando-se ressaltos não superiores a 2,0cm.

III) Aplicação:

Caixas de inspeção de esgoto.

PLAN. 13.4 - Recuperação de caixa de inspeção ou passagem

I) Conteúdo do Serviço:

Retirada de tampa de concreto existente, fornecimento da tampa de FoFo preparação da caixa e assentamento da mesma

II) Procedimento executivo:

Deverão ser providenciados todos os arremates a sua volta, de maneira a adaptá-la a receber tampão de ferro fundido e evitar infiltrações e desmoronamentos dos pavimentos existentes.

III) Aplicação:

Caixas existentes na antiga ETE e caixa de inspeção existente do prédio anexo.

PLAN. 13.5 - Estação de Tratamento de Esgoto Compacta - ETE (módulo único) - fornecimento e instalação

I) Conteúdo do Serviço:

Fornecimento e instalação de ETE compacta módulo único, com estação elevatória, bombas, quadro de comando ou controle, caixa de areia, caixa com grades(gradeamento), medidor de vazão, sistema de desinfecção de modo a possibilitar o reuso do efluentes para fins não nobres.

E com garantia de 1 ano para peças mecânicas e eletrônicas, e 10 anos para as peças de fibra de vidro.

VER MEMORIAL DESCRITIVO ESPECÍFICO – ANEXO.

II) Procedimento executivo:

Deverá seguir recomendações do fabricante, juntamente com a fiscalização.

PLAN. 14 - DIVERSOS

PLAN. 14.1 - Gradil c/ barra chata verticais espaç. 10cm, mureta h= 30cm em alvenaria - padrão MPE

I) Conteúdo do Serviço:

Considera o material e mão-de-obra para preparo da argamassa e fixação do gradil. Argamassa de cimento e areia traço 1:3.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

II) Procedimento executivo:

Deverão ser feitos furos no piso para a fixação dos montantes do gradil. O gradil deverá ficar escorado até o completo endurecimento da argamassa utilizado no chumbamento dos montantes. Após a retirada do escoramento deverá ser feito o acabamento com argamassa nos pontos do piso onde os montantes foram colocados.

III) Aplicação:

Em volta da área de implantação da nova ETE.

PLAN. 14.2 - Canaleta para águas pluviais em concreto moldada in-loco, largura 20 cm

I) Conteúdo do Serviço:

Considera-se para o serviço de canaleta: Limpeza do terreno. Escavação da vala. Apiloamento do fundo. Canaleta (fôrma e concreto).

II) Procedimento executivo:

O terreno deve ser escavado e fortemente apilado. Lançar o concreto e executar o caimento devidamente. Quando não indicado em projeto, considerar declividade mínima igual a 0,3%. Quando usada com grelha de ferro ou tampa de concreto, executar recorte de 2,5cm em cada lado para apoio das mesmas, conforme desenhos. O acabamento final deve ser desempenado.

III) Aplicação:

Rampa de veículos.

PLAN. 14.3 - Grelha em ferro fundido para canaleta, largura=20 cm

I) Conteúdo do Serviço:

A colocação da grelha em ferro fundido compreende a sua regulagem de altura e fixação com caixilho de apoio.

II) Procedimento executivo:

A canaleta deverá ser preparada para receber o caixilho de forma que quando assentada a grelha não exista folga

III) Aplicação:

Canaleta de concreto da rampa de veículos.

PLAN. 14.4 - Boca-de-lobo de alvenaria de tijolo comum empregando argamassa mista de cimento e areia sem peneirar traço 1:2:8, emboço com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, concreto fck=20 Mpa, controle tipo "B", lastro de brita 3

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para preparo e lançamento do concreto para lastro, marcação e execução da alvenaria, e preparo e aplicação de emboço com argamassa de cimento e areia.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

II) Procedimento executivo:

Escavação e remoção do material excedente, de forma a comportar a boca-de-lobo prevista. Compactação da superfície resultante no fundo da escavação, e execução de base de concreto simples com 10 cm de espessura. Execução das paredes em alvenaria de tijolos, assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume, conectando a boca-de-lobo à rede condutora e ajustando o(s) tubo(s) de entrada e/ou saída à alvenaria executada, através de rejuntamento com a mesma argamassa. Execução de cinta superior em concreto simples e revestimento das paredes internas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume. Assentamento do meio-fio. Moldagem "in loco" do quadro de concreto simples para assentamento da grelha. Moldagem "in loco" do rebaixo de concreto na área anexa à boca-de-lobo. Colocação da grelha.

III) Aplicação:

Próximo à futura rampa externa de acesso para pedestres.

PLAN. 14.5 - Guarda-corpo em tubo de aço galvanizado 1 1/2"

I) Conteúdo do Serviço:

Considera material e mão-de-obra para instalação dos tubos de aço galvanizado.

II) Procedimento executivo:

Instalar guarda-corpo com corrimão em aço galvanizado tubular com diâmetro máximo de 1 1/2" e altura mínima de 0,92m, conforme detalhe existente no projeto.

III) Aplicação:

Nos lados da futura rampa externa de acesso para pedestres.

PLAN. 14.6 - Plantio de grama batatais em placas de 40 x 40 cm

I) Conteúdo do Serviço:

Mão-de-obra e fornecimento de materiais (terra, adubo e grama) para plantio.

II) Procedimento executivo:

Colocação de terra para plantio, adubação do solo e plantio de gramas batatais. O plantio deve ser feito o mais rápido possível, com o solo úmido, colocando os tapetes o mais próximo um do outro, quanto possível. O gramado deverá ser regado em abundância diariamente nos primeiros dias, pela manhã ou no final do dia, nunca com o sol muito forte.

III) Aplicação:

Na construção do novo estacionamento.

PLAN. 14.7 - Lastro de seixo, inclusive lançamento

I) Conteúdo do Serviço:

Material e mão-de-obra para aplicação.

II) Procedimento executivo:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Lançar o seixo preenchendo todo espaço entre a base de concreto da ETE e a mureta com o gradil, para servir de dreno para escoamento das águas do terreno.

III) Aplicação:

Nova ETE.

PLAN. 14.8 - Porta de ferro de abrir tipo grade com chapa 0,87x2,10m, incluso guarnições

I) Conteúdo do Serviço:

Considera o material e mão-de-obra para preparo da argamassa e fixação da porta. Argamassa de cimento e areia traço 1:3.

II) Procedimento executivo:

Deixar um vão livre maior que o tamanho da porta. Abrir espaço para encaixar os chumbadores ou grapas. Encaixar a porta no vão. Aprumar e nivelar a porta. Colocar calços no cantos da porta observando um folga de aproximadamente 5 mm entre a parte inferior da folha e piso interno acabado. Não colocar calços no meio da base da porta. Preencher com argamassa no local dos chumbadores e deixar secar. Os chumbadores devem ser distantes entre si não mais que 60 cm.

III) Aplicação:

Casa de máquinas da nova ETE.

PLAN. 15 - LIMPEZA

PLAN. 15.1 - Carga manual e remoção de entulho com transporte até 1km

I) Conteúdo do Serviço:

Considera mão-de-obra para carregar manualmente entulho em caminhão e a retirada da obra. Ficando a carga da contratada a disposição final do entulho.

II) Procedimento executivo:

Deverá ser executado com os cuidados devidos para que não ocorram acidentes, nem atrapalhe a rotina diária da PGJ/AM.

III) Aplicação:

Todas as áreas de influencia da obra.

PLAN. 15.2 - Limpeza final da obra

I) Conteúdo do Serviço:

Mão-de-obra para limpeza de pisos, revestimentos, pedras, azulejos, vidros, aparelhos sanitários, bancadas e esquadrias. Com utilização de ácido muriático.

II) Procedimento executivo:

A obra será entregue completamente limpa. Será feita limpeza geral da obra e todo entulho proveniente desta limpeza deverá ser removido.

III) Aplicação:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Todas as áreas de influencia da obra.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em caso de divergência entre projetos e especificações, prevalecerão sempre as determinações da fiscalização.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO II DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

MEMORIAL DESCRITIVO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – ETE



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

MEMORIAL DESCRITIVO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente documento tem o objetivo de descrever o tipo e etapas de tratamento da Estação de Tratamento de Efluentes - ETE que será implantada no Ministério Público do Estado do Amazonas – MPE/AM.

LOCALIZAÇÃO

O complexo de prédios do Ministério Público do Estado – MPE/AM está localizado na Av. Cel. Teixeira, nº 7995 no bairro Nova Esperança, Manaus-AM.

POPULAÇÃO E VAZÕES DE PROJETO

As vazões de projeto foram definidas a partir da estimativa de funcionários contribuintes e dos seguintes parâmetros:

Tabela 1 - População e vazões de projeto

Contribuintes	600 pessoas
Contribuição esgotos per capta	40 litros/dia
Refeições	200/dia
Contribuição per capta das refeições	20 litros/dia
Cálculo da vazão diária	$(600 \times 40) + (200 \times 20)$
Vazão diária calculada	28,0 m ³ /dia
Tipo de esgoto	Sanitário/Doméstico



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Será um tratamento biológico do tipo lodos ativados através de um sistema modular de tratamento de esgoto do tipo Compacto Monovolume horizontal (Estação Compacta de Tratamento de Efluentes), fabricado em PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro), instalado acima do nível do solo sobre laje de concreto (radier), numa área de aproximadamente 60m². O sistema é composto de pré-tratamento, tratamento primário, tratamento secundário e desinfecção descritos a seguir:

Tratamento preliminar (pré-tratamento)

No tratamento preliminar o esgoto será sujeito aos processos de separação dos sólidos mais grosseiros. A separação será feita passando o efluente através de grades, processo este conhecido como gradeamento. A remoção da areia será realizada em caixas de areia e o desengorduramento através das caixas de gordura. Inclui-se também nesta fase um medidor de vazão.

Finalidade:

- Evitar problemas de obstruções em tanques e tubulações;
- Proteção dos dispositivos de transporte do efluente (bombas e tubulações);
- Abrasão dos equipamentos e tubulações.

Desta forma estará preparado para as fases de tratamento subseqüentes, sendo na próxima etapa o esgoto sanitário será conduzido até a ETE por recalque, através de uma estação elevatória situada na sua entrada.

Tratamento Primário

Após a desarenação, o esgoto é encaminhado para o reator anaeróbio (decantador), onde recebe o tratamento primário, o qual promove uma remoção média de matéria orgânica da ordem de 25%. A matéria poluente será separada da água por sedimentação. Este processo se baseia na



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

separação dos sólidos presentes no efluente exclusivamente por ação da gravidade, sem adição de agentes químicos.

Tratamento Secundário

A próxima etapa será um processo biológico, do tipo lodo ativado de alta eficiência na remoção de poluentes. Nesse processo, a matéria orgânica (poluente solúvel) é consumida por microrganismos dentro do reator aeróbio, microrganismos estes aeróbios que necessitam de oxigênio para se desenvolverem. Os microrganismos ficam em sua maioria depositados no fundo do reator, formando o leito de lodo ativado. Como a quantidade de oxigênio presente no efluente não é suficiente para o desenvolvimento dos microrganismos, a inserção artificial de oxigênio ao meio será realizada através de aeradores, que são máquinas que transferem oxigênio ao efluente.

Os microrganismos posteriormente passaram por um processo de sedimentação em um decantador secundário (Tanque de sedimentação). Onde se encontra o sistema automático de retorno do lodo e o de descarte.

Tratamento Terciário (Desinfecção)

E por fim antes da disposição final o efluente, será realizada o processo de desinfecção, para a remoção dos organismos patogênicos, através do método de cloração, utilizando pastilhas de hipoclorito de cálcio.

DESEMPENHO DO SISTEMA

O sistema terá uma eficiência acima de 90% de remoção de DBO, que se traduz em água tratada com possibilidade de reuso para fins não potáveis ou retorno sem riscos à natureza.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema será dimensionado de tal forma que o lodo produzido em excesso será removido com a frequência de uma vez por ano, por caminhões limpa fossa de empresas devidamente credenciadas pelo órgão ambiental competente, que iram se responsabilizar pelo destino final do mesmo. A disposição final dos efluentes será na rede pública de drenagem, d rua da Prosperidade, tendo como corpo receptor o Igarapé do BIS.

Este memorial tem o objetivo de obtenção da licença prévia para realização de processo licitatório.

MODELOS DE REFERÊNCIA

Segue os modelos de referência:

Tabela 2 - Modelos de referência - a ser utilizado

EMPRESA	MODELO
MIZUMO – Grupo Jacto	Mizumo Plus – MP-30
DELTA AMBIENTAL – Grupo Delta Vinil	Estação Modular – DELTA 30
HIDROSUL – Máquina Hidráulicas Hidrosul Ltda.	ETE Compacta ECO – ECO 25

OBS: Poderá ser utilizado outro modelo similar, desde que obedeça as diretrizes deste memorial.

.....
Vicente de Paulo B. Rodrigues Junior
Eng. Civil – CREA 11782-D
Agente Técnico do MPE-AM

CREA - AM
ART Nº: 0027728
DE: 2010
REGISTRO DE: AUTORIA



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO III DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

ORÇAMENTO SINTÉTICO



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ORÇAMENTO SINTÉTICO					
Item	Discriminação dos Serviços	Ud	Quant.	P. Unit. (R\$)	P. Total (R\$)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				49.253,22
1.1	Engenheiro Civil	mês	2,00	11.206,70	22.413,40
1.2	Mestre-de-obras	mês	2,00	4.177,11	8.354,22
1.3	Encarregado Geral	mês	2,00	3.679,80	7.359,60
1.4	Alimentação (café da manhã e almoço) e água potável gelada	mês	2,00	3.360,50	6.721,00
1.5	EPI, uniformes e ferramentas manuais	mês	2,00	243,75	487,50
1.6	Consumo energia, água e telefone	mês	2,00	350,00	700,00
1.7	Transporte de pessoal	mês	2,00	1.608,75	3.217,50
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				19.885,33
2.1	Mobilização e desmobilização	un	1,00	981,59	981,59
2.2	Placa de obra em lona com impressão digital, instalada	m²	6,00	93,46	560,76
2.3	Barracão de obra em tábuas de madeira com banheiro, cobertura em fibrocimento 4mm, incluso instalações hidro-sanitárias e elétricas	m²	21,00	161,13	3.383,73
2.4	Regularização da obra junto aos órgãos fiscalizadores (CREA, Prefeitura, etc.)	un	1,00	300,00	300,00
2.5	Ligação provisória de luz e força para obra - instalação mínima	un	1,00	1.126,54	1.126,54
2.6	Ligação provisória de água para obra e instalação sanitária provisória, pequenas obras - instalação mínima	un	1,00	1.582,18	1.582,18
2.7	Tapume de chapa de madeira compensada, inclusive montagem - madeira compensada resinada e=6 mm	m²	118,49	72,09	8.541,94
2.8	Escoramento metálico para Estrutura metálica espacial	m²	4,00	18,41	73,64
2.9	Locação da obra, execução de gabarito	m²	410,63	4,45	1.827,30
2.10	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto	m	55,12	27,23	1.500,92
2.11	Esgotamento com bomba elétrica de imersão potência 1,2 kW, até 8,00 m de profundidade	m³	19,79	0,34	6,73
3	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES				14.399,36
3.1	Demolição de concreto armado com utilização de martelo rompedor	m³	33,03	348,10	11.497,74
3.2	Demolição de concreto simples	m³	9,84	119,19	1.172,83
3.3	Demolição de alvenaria de tijolo comum, sem reaproveitamento	m³	4,00	27,51	110,04
3.4	Retirada de peças mecânicas	un	1,00	423,10	423,10
3.5	Remoção de guia pré-fabricada de concreto	m	44,34	4,59	203,52
3.6	Retirada de pavimentação em pré-moldado de concreto c/ remoção lateral, p/ reaproveitamento	m²	180,06	5,51	992,13
4	MOVIMENTO DE TERRA				11.350,71
4.1	Escavação manual (valas ou fundações rasas)	m³	87,40	26,24	2.293,38
4.2	Apiloamento de fundo de vala com maço de 30 kg	m²	190,33	12,11	2.304,90
4.3	Reaterro manual de vala apiloado	m³	69,55	32,10	2.232,56
4.4	Aterro apiloado(manual) em camadas de 20cm com material de empréstimo.	m³	85,12	53,10	4.519,87



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ORÇAMENTO SINTÉTICO					
Item	Discriminação dos Serviços	Ud	Quant.	P. Unit. (R\$)	P. Total (R\$)
5	INFRAESTRUTURA				11.627,22
5.1	Concreto magro 1:4:8 c/ preparo manual	m³	4,01	512,26	2.054,16
5.2	Broca de concreto armado, controle tipo "C", brita 1 e 2, fck=13,5 Mpa, Ø 20 cm	m	5,00	31,79	158,95
5.3	Fôrma de madeira para fundação, com tábuas e sarrafos	m²	7,58	91,53	693,80
5.4	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	388,00	8,40	3.259,20
5.5	Concreto estrutural virado em obra, controle "C", consistência para vibração, seixo rolado, fck 15 MPa	m³	8,10	630,25	5.105,03
5.6	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação	m³	8,10	43,96	356,08
6	SUPERESTRUTURA				2.274,07
6.1	Fôrma de papelão em perfil cilíndrico para pilares - Ø 25 cm	m	3,00	76,33	228,99
6.2	Forma madeira comp resinada 12mm p/ estrutura - corte/montagem/escoramento/desforma	m²	8,15	127,43	1.038,55
6.3	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	58,40	8,40	490,56
6.4	Concreto estrutural virado em obra, controle "B", consistência para vibração, seixo rolado, fck 20 MPa	m³	0,73	650,73	475,03
6.5	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	0,73	56,08	40,94
7	PAREDES E VEDAÇÕES				1.007,39
7.1	Alvenaria elem. vazado concreto veneziana 15x22x39cm 72A - NEO REX cimento/areia 1:3	m²	0,32	75,70	24,22
7.2	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10x20x20cm, 1/2vez, assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), e=1cm	m²	19,50	37,39	729,11
7.3	Alvenaria estrutural com blocos de concreto, 19 x 19 x 39 cm, espessura da parede 19 cm, juntas de 10 mm com argamassa industrializada	m²	5,54	45,86	254,06
8	REVESTIMENTOS				1.163,39
8.1	Chapisco traço 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual	m²	44,54	4,46	198,65
8.2	Emboço paulista (massa única) traço 1:3 (cimento e areia), espessura 2,0cm, preparo manual	m²	44,54	21,66	964,74
9	COBERTURA				22.806,01
9.1	Abrigo para autos, em estrutura metálica tubular c/ cobertura de telhas metálicas padrão MPE/AM	m²	116,15	193,40	22.463,41
9.2	Pilar metálico tubular com base, c= 0,50m, instalado	un	2,00	171,30	342,60
10	PAVIMENTAÇÃO				16.362,12
10.1	Reassentamento de artefato de concreto, com reaproveitamento deste, sobre colchao de areia ou material equivalente e o fornecimento de todos os materiais.	m²	100,06	13,64	1.364,82
10.2	Guia pré-fabricada de concreto reta ou curva assentada com concreto, fck=15 Mpa, controle tipo "C"	m	38,30	50,59	1.937,60
10.3	Execução de calçada em concreto 1:3:5 (fck=12 mpa) preparo mecânico,e= 7cm	m²	28,25	41,31	1.167,01



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ORÇAMENTO SINTÉTICO					
Item	Discriminação dos Serviços	Ud	Quant.	P. Unit. (R\$)	P. Total (R\$)
10.4	Pavimentação articulada de blocos de concreto hexagonal sobre coxim de areia, e=8cm	m²	164,97	72,09	11.892,69
11	PINTURA				3.036,87
11.1	Pintura esmalte fosco, duas demãos, para ferro	m²	75,16	15,00	1.127,40
11.2	Demarcação com tinta acrílica para pisos de faixas para estacionamento	m	30,00	5,43	162,90
11.3	Pintura com tinta látex acrílica em parede interna/externa, com duas demãos, sem massa corrida	m²	135,92	9,45	1.284,44
11.4	Emassamento com massa acrílica para ambientes internos /externos, uma demão	m²	135,92	3,40	462,13
12	INSTALAÇÃO ELÉTRICA				4.554,94
12.1	Eletroduto de PVC rígido roscável, sem conexões Ø 32 mm (1")	m	80,00	7,74	619,20
12.2	Curva 90° de PVC rígido para eletroduto roscável, Ø 32 mm (1")	un	2,00	6,54	13,08
12.3	Luva de PVC para eletroduto rígido roscável, Ø 32 mm (1")	un	28,00	2,81	78,68
12.4	Cabo isolado em PVC seção 6 mm² - 750 V - 70°C - flexível	m	340,00	6,03	2.050,20
12.5	Disjuntor tripolar termomagnético de 40 A em quadro de distribuição	un	2,00	70,48	140,96
12.6	Caixa em alvenaria (40X40cm) de tijolo, lastro de brita, sem tampa	un	3,00	383,41	1.150,23
12.7	Fornecimento e assentamento de tampão de ferro fundido 40x40cm, carga máx. 2000kg	un	3,00	167,53	502,59
13	INSTALAÇÃO SANITÁRIA E DE ÁGUA PLUVIAIS				186.720,88
13.1	Tubo PBV de PVC reforçado bege pérola, sem conexões, Ø 150 mm	m	82,31	56,79	4.674,38
13.2	Caixa de alvenaria (80X80cm) de tijolo, lastro de concreto, sem tampa	un	3,00	464,84	1.394,52
13.3	Fornecimento e assentamento de tampão de ferro fundido 80x80cm, carga máx. 2000kg	un	3,00	426,71	1.280,13
13.4	Recuperação de caixa de inspeção ou passagem	un	7,00	455,80	3.190,60
13.5	Estação de Tratamento de Esgoto Compacta - ETE (módulo único) - fornecimento e instalação	un	1,00	176.181,25	176.181,25
14	DIVERSOS				30.459,76
14.1	Gradil de ferro, h=1,50m, c/barra chata verticais 2"x1/4" espaç.13cm, montante vertical espaç.3 m, barras paralelas horizontais, incl. portão, mureta h=0,80m em alvenaria, e=15cm, chapiscada e rebocada – Padrão MPE/AM	m	48,00	436,50	20.952,00
14.2	Canaleta para águas pluviais em concreto moldada in-loco, largura 20 cm	m	5,00	98,39	491,95
14.3	Grelha em ferro fundido para canaleta, largura=20 cm	m	5,00	61,16	305,80
14.4	Boca-de-lobo de alvenaria de tijolo comum empregando argamassa mista de cimento e areia sem peneirar traço 1:2:8, emboço com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, concreto fck=20 Mpa, controle tipo "B", lastro de brita 3	un	1,00	1.011,38	1.011,38
14.5	Guarda-corpo em tubo de aço galvanizado 1 1/2"	m²	10,80	333,61	3.602,99
14.6	Plantio de grama batatais em placas de 40 x 40 cm	m²	18,97	13,88	263,30
14.7	Lastro de seixo, inclusive lançamento	m³	9,59	376,31	3.608,81
14.8	Porta de ferro de abrir tipo grade com chapa 0,87x2,10m, incluso guarnições	m²	1,00	223,53	223,53



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ORÇAMENTO SINTÉTICO					
Item	Discriminação dos Serviços	Ud	Quant.	P. Unit. (R\$)	P. Total (R\$)
15	LIMPEZA				1.684,30
15.1	Carga manual e remoção e entulho com transporte até 1km	m³	96,74	11,85	1.146,37
15.2	Limpeza final da obra	m²	410,63	1,31	537,93
PREÇO TOTAL (R\$)					376.585,57



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA				Prazo: 60 DIAS		Rev.: A Data: ABR/2011 % B.D.I. 20,00			
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
ITEM	DESCRIÇÃO	PERC. DO ITEM	VALOR DO ITEM	30 DIAS		60 DIAS			
				(%)	VALOR(R\$)	(%)	VALOR(R\$)		
01 -	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	13,08	49.253,22	6,54	24.626,61	6,54	24.626,61		
02 -	SERVIÇOS PRELIMINARES	5,28	19.885,33	4,22	15.908,26	1,06	3.977,07		
03 -	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	3,82	14.399,36	3,82	14.399,36				
04 -	MOVIMENTO DE TERRA	3,01	11.350,71	2,71	10.215,64	0,30	1.135,07		
05 -	INFRAESTRUTURA	3,09	11.627,22	3,09	11.627,22				
06 -	SUPERESTRUTURA	0,60	2.274,07	0,36	1.364,44	0,24	909,63		
07 -	PAREDES E VEDAÇÕES	0,27	1.007,39	0,27	1.007,39				
08 -	REVESTIMENTOS	0,31	1.163,39	0,31	1.163,39				
09 -	COBERTURA	6,06	22.806,01	1,21	4.561,20	4,84	18.244,81		
10 -	PAVIMENTAÇÃO	4,34	16.362,12	2,17	8.181,06	2,17	8.181,06		
11 -	PINTURA	0,81	3.036,87			0,81	3.036,87		
12 -	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	1,21	4.554,94			1,21	4.554,94		
13 -	INSTALAÇÃO SANITÁRIA E DE ÁGUAS PLUVIAIS	49,58	186.720,88	9,92	37.344,18	39,67	149.376,70		
14 -	DIVERSOS	8,09	30.459,76			8,09	30.459,76		
15 -	LIMPEZA	0,45	1.684,30	0,22	842,15	0,22	842,15		
TOTAL			376.585,57	34,85	131.240,91	65,15	245.344,66		
TOTAL ACUMULADO				34,85	131.240,91	100,00	376.585,57		

ART nº: 004218/2011

Pág: 1 de 1



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO V DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP

**PROJETOS:
LOCAÇÃO E PLANTA BAIXA DA
ANTIGA ETE A SER DEMOLIDA
(PRANCHA P-01);**

**ESTACIONAMENTO A SER
CONSTRUÍDO; CORTES E
PERSPECTIVAS DA ANTIGA ETE;
PILAR DE CONCRETO
(PRANCHA P-02);**

**LOCAÇÃO DA NOVA ETE; CAIXAS DE
PASSAGENS E INSPEÇÃO;
INTERLIGAÇÃO SANITÁRIA E
ELÉTRICA; PLANTA DA CASA DE
MÁQUINAS (PRANCHA P-03).**



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ
ANEXO VI DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP
CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.
(a),
....., portador do documento de Identidade n.º,
para realizar a vistoria prevista no item 5.1 do Projeto Básico nº. 001/2011 –
FAMP, referente ao procedimento licitatório, o
qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria
contido no Anexo VIII do referido Projeto.

Manaus, de de 2011.

Empresa

Obs.: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.

Observações:

- O atestado de vistoria será fornecido pela PGJ/AM comprovando que a licitante realizou vistoria e tomou conhecimento dos locais, especificações, quantidades, estado geral das instalações e condições de execução dos serviços, sendo que tal verificação será de inteira responsabilidade das licitantes.
- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.
- A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ
ANEXO VII DO PROJETO BÁSICO Nº. 001/2011 – FAMP
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

LOCAL: AV. CORONEL TEIXEIRA, 7995, NOVA ESPERANÇA, MANAUS-AM;

Atestamos, para cumprimento do item do Edital referente ao procedimento licitatório, que a empresa, representada neste ato por seu representante credenciado, o Sr., inscrito(a) no CREA sob o nº, engenheiro(a) pertencente ao seu quadro técnico, em/...../..... compareceu ao local onde será executada a obra, conforme previsto no subitem 5.1 do Projeto Básico nº. 001/2011 – FAMP e, acompanhado por representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento “in loco” dos locais e instalações, tendo pleno conhecimento das especificações e condições locais para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus, de de 2011.

Responsável pelo setor solicitante

Servidor designado para acompanhamento da vistoria

De acordo:

Engenheiro(a) designado(a) pela empresa licitante

Representante legal da empresa licitante

Observações:

- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.
- Este atestado deverá ser apresentado na fase licitatória, juntamente com a proposta de preços.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO**

Termo de Contrato que entre si celebram o FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa _____, visando o fornecimento e instalação de estação de tratamento De Efluentes – ETE, compacta, para atender à nova sede Administrativa da PGJ/AM.

O **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - FAMP**, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, CEP 69030-480, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.831.183/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por _____, **Dr.** _____, _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, e, do outro, a empresa _____, com sede na _____, CEP nº _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, _____, em _____, portador do documento de identidade nº _____, e inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, CEP nº _____, tendo em vista o que consta do Processo nº 432459/2010 doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência da Licitação _____ nº ____/20__ – CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, nos termos da Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, compacta, incluindo a execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente, para atender à nova sede administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto previsto neste Contrato deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes dos autos, quais sejam:

- a) **ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRAS CIVIS PRELIMINARES E DEMOLIÇÃO DE ETE EXISTENTE;**
- b) **ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE**



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

EFLUENTES – ETE;

c) ANEXO III – ORÇAMENTO SINTÉTICO;

d) ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

e) ANEXO V – PROJETOS: LOCAÇÃO E PLANTA BAIXA DA ANTIGA ETE A SER DEMOLIDA (PRANCHA P-01); ESTACIONAMENTO A SER CONSTRUÍDO; CORTES E PERSPECTIVAS DA ANTIGA ETE; PILAR DE CONCRETO (PRANCHA P-02); LOCAÇÃO DA NOVA ETE; CAIXAS DE PASSAGENS E INSPEÇÃO; INTERLIGAÇÃO SANITÁRIA E ELÉTRICA; PLANTA DA CASA DE MÁQUINAS (PRANCHA P-03).

Parágrafo primeiro. O objeto deste Projeto Básico consiste, ainda, na demolição de antiga ETE de concreto armado, situada em local onde será construída passagem de veículos, estacionamento com cobertura padrão do MPE/AM, com rampa para veículos e pedestres, conforme projetos de engenharia.

Parágrafo segundo. A ETE Compacta deverá possuir módulo único, ser completa e automatizada, para tratamento biológico de esgotos sanitários, com capacidade para tratar contribuições de esgotos de aproximadamente 600 pessoas, correspondendo uma vazão diária de 28m³ de esgoto de forma a atender a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente (específica de Manaus).

Parágrafo terceiro. A ETE deverá ser instalada sobre o solo, em uma base de concreto armado (*radier*), onde será construída uma casa de máquina, sendo esta área delimitada com muro e gradil padrão MPE/AM, e com sua interligação elétrica e sanitária.

Parágrafo quarto. Todos os equipamentos e materiais fornecidos, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

Parágrafo quinto. Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado.

Parágrafo sexto. Todos os materiais e peças fornecidos/aplicados pela **CONTRATADA** deverão ser de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no Edital nº _____ ou na proposta apresentada e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio do **CONTRATANTE**. A aprovação será feita por escrito, mediante amostras apresentadas à **FISCALIZAÇÃO** antes da aquisição ou equipamento.

Parágrafo sétimo. Caso o material ou equipamento especificado no Edital nº _____ e Proposta encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e Contrato.

Parágrafo oitavo. É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças,



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.

Parágrafo nono. Sempre que pretender aplicar material ou equipamento similar na execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá submeter consulta à **FISCALIZAÇÃO** do Contrato, acompanhada de laudos, pareceres e levantamento de custos, para análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no Contrato.

Parágrafo décimo. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados, sem criar constrangimentos para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Para melhor caracterizar o presente Contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre Contratos Públicos, os seguintes documentos:

- a) Edital de _____ nº _____ e seus anexos, além das obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados, constantes do Processo nº _____;
- b) Proposta firmada pela **CONTRATADA** em ____/____/20____, dirigida ao **CONTRATANTE**, contendo o valor global e unitário dos serviços a serem executados, no que couber.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deste Contrato dar-se-á indiretamente pela **CONTRATADA**, no regime de execução indireta, **empreitada** _____, a qual foi selecionada por meio do competente procedimento licitatório na modalidade de _____, sob o _____, no qual constaram todas as informações técnicas necessárias e suficientes à perfeita caracterização de seu objeto, conforme autos do **PROCESSO**.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada, por servidor (es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominada “**FISCALIZAÇÃO**”, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Parágrafo primeiro. Além das determinações do artigo 67, da Lei nº 8.666/93, compete à **FISCALIZAÇÃO**:

- a) emitir a Ordem de Serviço, observadas as exigências preliminares correlatas.
- b) abrir Processo de gestão do presente contrato, fazendo constar no mesmo todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela.
- c) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante anotação



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

no “Livro de Ordem” seja mediante ofício ou outros documentos).

d) autorizar regimes especiais de trabalho, observada a conveniência da Administração do **CONTRATANTE**.

e) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como sua retirada imediata das dependências do **CONTRATANTE**.

f) impugnar qualquer serviço e/ou metodologias de execução em desacordo com as normas regulamentares ou que apresentarem defeito.

g) autorizar aplicação de material e/ou metodologia similar (observado o posicionamento técnico do respectivo projetista).

h) realizar relatórios fotográficos sistemáticos para instruir os autos do processo de gestão e as decisões de atesto da fatura.

i) realizar as medições, bem como atestar a fatura dos serviços executados para fins de pagamento.

j) Acompanhar todos os testes e ensaios necessários ao perfeito funcionamento da ETE e/ou recomendados pelas normas técnicas pertinentes.

k) atestar a liberação da garantia fixada na Cláusula Décima Sexta deste instrumento.

l) aprovar a indicação dos profissionais e/ou empresas subempreiteiras que porventura forem contratados para realização de serviços e/ou tarefas isoladas.

m) exigir as anotações no “Livro de Ordem” de obras e serviços de Engenharia relativas a todas as ocorrências técnicas importantes, bem como de fatos eventuais não previstos.

n) supervisionar o “Livro de Ordem”, nos termos da Resolução nº 1.024, de 21.08.09 – CONFEA.

o) encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.

p) comunicar à Administração, de forma incontinente, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.

q) emitir os termos de recebimento dos serviços, conforme definidos neste instrumento contratual.

r) solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**.

s) praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo segundo. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse do **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo terceiro. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste instrumento, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. executar os serviços objeto do presente contrato, de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo, diligência e manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto nas legislações e nas normas relativas à proteção ambiental.
2. efetuar os serviços dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes no Edital nº _____, com esmero e perfeição e observando estreitamente as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação estadual ou municipal, se houver, e as Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento.
3. realizar o planejamento dos serviços em comum acordo com o **CONTRATANTE**.
4. designar equipe por profissionais técnica composta das áreas de Engenharia e áreas correlatas, credenciados junto ao CREA-AM, a qual será responsável pela execução do contrato/ obra e que fará o devido acompanhamento do mesmo, sendo que nenhum serviço em que sua responsabilidade técnica for exigível poderá ser executado sem sua supervisão.
5. manter no canteiro de obras um Engenheiro residente, o qual deverá promover um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos na obra, durante todas as fases de organização e construção, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com a **al** designada pelo **CONTRATANTE**.
6. no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do Contrato, entregar a via destinada ao **CONTRATANTE** da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA-AM, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77.
7. antes do início da obra, a apresentar lista de todo o material necessário para a execução dos serviços, indicando a marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação do **CONTRATANTE**.
8. fornecer à **FISCALIZAÇÃO**, quando do recebimento da Ordem de Serviço, a relação dos empregados - RE que atuarão na sua execução, bem como informar qualquer alteração na mesma.
9. realizar o transporte dos materiais até o local, carga e descarga dos equipamentos, assim como a instalação, o início das atividades (*start-up*) e o treinamento da equipe que irá operar o sistema, no mesmo local onde será instalada.
10. responsabilizar-se por eventuais demolições, remoções necessárias, recomposição de pisos, paredes, vidros, esquadrias, revestimentos, deslocamento de tubulações, porventura executadas fora das especificações, com vícios e/ou de-



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

feitos.

11. executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, depósitos destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços.

12. providenciar o competente registro no INSS e o Alvará expedido pela Prefeitura Municipal (se for o caso).

13. adotar as providências legais inerentes à execução dos serviços, inclusive as liberações provisórias, definitivas e necessárias junto às Concessionárias, bem como o Corpo de Bombeiros, órgãos fiscalizadores e o CREA, ficando por sua conta as despesas ocorridas.

14. adotar os procedimentos ambientais quando da destinação dos resíduos provenientes da construção, e em especial a Resolução CONAMA nº 307/02.

15. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, responsabilizando-se pela sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços.

16. executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer na execução do objeto.

17. substituir em 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela **FISCALIZAÇÃO** como deficientes para a execução dos serviços, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

18. armazenar os materiais, ferramentas e equipamentos em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob sua responsabilidade.

19. seguir orientação da **FISCALIZAÇÃO** quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância.

20. realizar, completadas as instalações, todos os testes e ensaios necessários ao perfeito funcionamento da ETE e/ou recomendados pelas normas técnicas pertinentes, a qual deverá ser previa e formalmente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** da das datas e horários de sua realização para acompanhamento.

21. permitir à **FISCALIZAÇÃO** o livre acesso aos almoxarifados de materiais, equipamentos e ferramentas, para fins de acompanhamento dos trabalhos e verificação de marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.

22. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objetos dos serviços.

23. cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os de seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

para cada tipo de serviço. A **FISCALIZAÇÃO** poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

24. assumir os encargos provenientes de qualquer acidente de trabalho que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços, assim como, por tudo mais, quanto às leis sociais e trabalhistas lhe assegurem, inclusive 13º (décimo terceiro) salário, aviso prévio, indenizações e etc.

25. comunicar imediatamente o **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

26. substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela **FISCALIZAÇÃO**.

27. responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

28. fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços e materiais aplicados, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**, conforme Código Civil Brasileiro, com assistência imediata em caso de reparos ou danos futuros.

29. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão executar o objeto, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE** inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

30. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento aos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço, greve e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

31. afastar do local de serviços qualquer empregado seu cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo do **CONTRATANTE**, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**.

32. havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para sua classificação no processo licitatório, substituí-lo por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas.

33. no caso do item anterior, submeter à apreciação e aprovação do **CONTRATANTE** a proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamenta-



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

da e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico.

34. responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros;

35. acatar as observações feitas pela **FISCALIZAÇÃO** quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados.

36. responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes, em especial as Taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-AM referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por todos os serviços executados.

37. apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

38. responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

39. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e fornecimento contratados.

40. aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **CONTRATANTE** julgar necessário.

41. responsabilizar-se por qualquer danificação ou destruição que os serviços executados venham a sofrer, até a definitiva aceitação do **CONTRATANTE**, bem como, por indenizações que possam ser devidas a terceiros ou fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

42. arcar com os custos de vigilância noturna e diurna dos equipamentos, produtos e materiais postos em depósito para execução dos serviços, não cabendo, ao **CONTRATANTE**, qualquer responsabilidade sobre perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

43. providenciar e manter no local de execução dos serviços o “Livro de Ordem” devidamente numerado, onde serão feitas as anotações diárias sobre o anda-



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

mento dos trabalhos, tais como, indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas e início e término de eventuais interrupções dos trabalhos, assuntos que requeiram providências das partes, nos termos da Resolução nº 1.024, de 21.08.09 – CONFEA.

44. comprovar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais, tais como: pagamentos dos empregados, recolhimento dos encargos sociais, decorrentes da execução deste Contrato.

45. os serviços deverão ser realizados durante os dias úteis, mas de modo a não acarretar prejuízo ao funcionamento do **CONTRATANTE**. Os serviços apenas poderão ser realizados durante à noite e nos finais de semana, mediante autorização do **CONTRATANTE**.

46. após a conclusão dos serviços, realizar limpeza geral, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela **FISCALIZAÇÃO**, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

47. manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Parágrafo primeiro. Todo o material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física/ licenciadas junto aos órgãos competentes.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste Contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, **CONTRATANTE** obriga-se:

1. designar representante a ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, ao seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
2. gerir, fiscalizar e acompanhar toda execução dos serviços, por meio de comissão ou servidor indicado, especificamente para este fim;
3. acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições editalícias;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

4. permitir o acesso de pessoal autorizado pela **CONTRATADA**, responsável pelas prestações dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
5. efetuar pagamento à **CONTRATADA** em parcelas, de acordo com a medição dos serviços atestada pela **FISCALIZAÇÃO**, a qual, após visita técnica ao local de execução dos serviços, discriminará em planilha própria os serviços realizados e seus respectivos quantitativos executados até o dia da medição;
6. aprovar previamente, por meio da **FISCALIZAÇÃO**, os materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos;
7. anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
8. designar, por ato específico, Comissão de Recebimento da Obra, observando-se as exigências constantes no art. 73, I, alíneas a e b da Lei nº 8.666/93 e seus parágrafos;
9. rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o especificado;
10. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
11. exigir da **CONTRATADA** o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
12. cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____), discriminado de acordo com a planilha integrante da proposta de preços e o cronograma físico-financeiro apresentados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Os valores das etapas de execução estão discriminados na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico-Financeiro, respectivamente, apresentados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com materiais, mão de obra, BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) contribuições/impostos em cumprimento as leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, ferramentas, equipamentos, instalações, consumos, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado de acordo com o cronograma físico-financeiro, após apresentação, na sede do **CONTRATANTE**, da Nota Fiscal e



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

planilhas de medição devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária.

Parágrafo primeiro. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que os serviços forem atestados e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

Parágrafo segundo. O pagamento da primeira parcela do valor do contrato ficará condicionado à apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela **CONTRATADA**:

- a) Registro da obra no CREA (quando necessário);
- b) Registro da obra no INSS (quando necessário);
- c) Pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá ainda apresentar mensalmente juntamente com o pedido de pagamento os seguintes documentos:

- a) Relação nominal dos empregados alocados à execução dos serviços e sua atualização sempre que houver alteração;
- b) Folha de pagamento do mês do recolhimento relativa aos empregados alocados ao contrato, cujo valor-base do recolhimento deve coincidir com o da guia de recolhimento;
- c) Guia de Recolhimento do FGTS com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela *internet*;
- d) Guia da Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário, ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, do CNPJ da **CONTRATADA** e/ou da matrícula CEI;
- e) Protocolo de envio de arquivos emitido pela Conectividade Social e relação dos trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP – GFIP do CNPJ da **CONTRATADA** e/ou da matrícula CEI;
- f) Certidões Negativa de Débito relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, Estadual e Municipal;
- g) Certidão Negativa de Débito relativos às contribuições previdenciárias e Certificado de Regularidade do FGTS.

Parágrafo quarto. A Nota Fiscal e os demais documentos exigidos no Edital nº _____ e neste Instrumento, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser emitidos e apresentados no Setor de Protocolo, situada na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM.

Parágrafo quinto. Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela **CONTRATADA**, discriminados no contrato e na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados, e em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 e alterações



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Parágrafo sexto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sétimo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, da fatura ou dos documentos exigidos como condição de pagamento importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a **CONTRATADA** não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta contratação ocorrerá à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, consoante a seguinte discriminação: Unidade Orçamentária: _____ – _____; Programa de Trabalho: _____ – _____; Fonte: _____; Natureza da Despesa: _____ – _____; tendo sido emitida, pelo **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho nº _____, no valor global de R\$ _____, (_____).

Parágrafo único. No exercício seguinte o valor de R\$ _____, (_____ relativos ao complemento do contrato, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios a vontade da **CONTRATADA**, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do **CONTRATANTE** ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ocorrida no período respectivo, somente se ainda em vigência o presente instrumento, motivado por prorrogação, e mediante solicitação expressa ao **CONTRATANTE** que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$R: V(I - I_0), \text{ onde:} \\ I_0$$

R = Valor do reajuste procurado;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

V= Valor constante da proposta;
I – Índice relativo ao mês do reajustamento.
I_o = Índice relativo ao mês da proposta;

Parágrafo primeiro. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** à importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo segundo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Parágrafo quarto. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

O prazo máximo para a prestação de serviços objeto deste contrato deverá ser de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**, podendo ser prorrogado de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá executar o objeto do Contrato na forma e nos prazos discriminados no Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital nº _____ – CPL/MP/PGJ.

Parágrafo segundo. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente autuados em processo.

Parágrafo terceiro. Caso ocorra atraso por culpa do **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

Parágrafo quarto. O local de execução dos serviços é na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, CEP 69030-480.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** deverá comunicar à **FISCALIZAÇÃO**, por escrito, a conclusão dos serviços, encaminhando, anexo, relatório de todos os serviços realizados, com descrição, especificações e quantitativos, para que o **CONTRATANTE** possa proceder à vistoria dos serviços com vistas à aceitação das seguintes formas:

- a) **recebimento provisório** do objeto dar-se-á no prazo de **15 (quinze) dias** corridos contados a partir do recebimento, pelo **CONTRATANTE**, da comunicação da **CONTRATADA** sobre a conclusão dos serviços, inclusive o



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

- de teste dos equipamentos instalados, quando houver;
- b) o recebimento provisório de que trata esta cláusula será feito pela **FISCALIZAÇÃO**, que, para tanto, adotará a forma prevista no art. 73, I, a, da Lei nº 8.666/93;
- c) **recebimento definitivo** será feito no prazo máximo de **90 (noventa) dias** após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que atendidas todas as eventuais solicitações da **FISCALIZAÇÃO**, no sentido de que a **CONTRATADA** corrija os defeitos e/ou imperfeições que venham a ser detectados, promova a complementação da documentação relacionada com os serviços executados, bem como, de um modo geral, atenda a qualquer exigência pertinente ao objeto deste contrato;
- d) além das exigências aludidas na alínea anterior, a **CONTRATADA** apresentará, para lavratura do Termo de Recebimento Definitivo da obra, o termo de garantia.

Parágrafo primeiro. O recebimento definitivo será feito pela comissão constituída ou servidor indicado pelo **CONTRATANTE**, com observância da forma estipulada no art. 73, I, b, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá apresentar, até a data da assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a atualização dos projetos “as built” (como construído), indicando as eventuais modificações havidas na obra, em relação aos originais fornecidos pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas exigidas nos Projetos, verificados posteriormente.

Parágrafo quarto. Na data de lavratura do Termo de Recebimento Definitivo inicia o prazo de responsabilidade da **CONTRATADA** (garantia) pela qualidade, correção e segurança dos serviços contratados, conforme prevê o art. 618 do Código Civil Brasileiro e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura podendo ser prorrogado nos termos e limites fixados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo único. O ajuste será prorrogado ainda em razão de dilatação ou alteração do prazo de execução dos serviços, se assim necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA TÉCNICA

A **CONTRATADA** prestará garantia dos serviços executados, bem como dos materiais utilizados nos serviços e equipamentos instalados, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** se obriga a reparar, durante o período de garantia e sem ônus para o **CONTRATANTE**, qualquer defeito nos serviços anteriormente executados, ficando novo prazo de garantia estabelecido a partir da reparação, nas mesmas bases desta cláusula.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

Parágrafo segundo. Os reparos porventura necessários a serem executados pela **CONTRATADA**, durante o período de garantia, deverão ter prévia autorização expressa do **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deve entregar ao **CONTRATANTE**, na data do Termo de Recebimento Definitivo, o Termo de Garantia prevista nesta Clausula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 56 da Lei n ° 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste Contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a _____ (_____) do valor deste contrato.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

- prejuízos ou danos causados ao **CONTRATANTE**;
- prejuízos ou danos causados a terceiros pela **CONTRATADA**;
- toda e qualquer multa contratual;
- débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias etc.;
- quaisquer obrigações não cumpridas pela contratada em relação ao presente contrato previstas no ordenamento jurídico do País.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** se compromete repor ou completar garantia na hipótese de utilização parcial ou total, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, a partir da data em que for notificada pelo **CONTRATANTE**, mediante correspondência entregue contra recibo.

Parágrafo terceiro. A garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de vigência do Termo até o recebimento definitivo da obra. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da garantia.

Parágrafo quarto. A garantia será liberada ou restituída à **CONTRATADA** após a lavratura do **Termo de Recebimento Definitivo** dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de as alterações promovidas pelo **CONTRATANTE** redundarem em acréscimos no objeto ajustado, o preço a ser cobrado pelos serviços acrescidos tomarão por base os valores unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Caso a Planilha a que se refere o parágrafo anterior não apresente valores unitários para os fornecimentos e/ou serviços a serem acrescidos, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

(três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação, proposta detalhada com a indicação dos preços unitários e totais a serem cobrados em função dos acréscimos pretendidos.

Parágrafo terceiro. Não será considerada alteração contratual, para fins de observância da limitação a que se refere o *caput* desta cláusula, as alterações empreendidas nas especificações, que não redundarem aumento ou diminuição do valor global ajustado.

Parágrafo quarto. Caso ocorra necessidade de alteração da metodologia e/ou tecnologia de execução inicialmente ajustada, que resulte aumento de execução dos serviços e/ou da quantidade de materiais a serem aplicados, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE**, com a necessária antecedência, as justificativas técnicas para as modificações pretendidas, as quais serão analisadas, de acordo com as circunstâncias de desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste Contrato e no Edital;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nesta Cláusula, nos itens “III” e “IV” desta cláusula, às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MULTAS

De conformidade com o art. 86, da Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução dos serviços deste contrato, sujeitará a **CONTRATADA**, a juízo da Administração, às seguintes multas:

- a) 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, na entrega da obra, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;
- b) 0,5% (meio por cento) do valor dos serviços não realizados, por dia de atraso, dentro dos prazos previstos para execução dos serviços, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;
- c) 0,5% (meio por cento) do valor do contrato no descumprimento de qualquer cláusula contratual ou condição não abrangida pelos itens anteriores, para cada evento, limitada sua aplicação a 10%, quando assim poderá ser considerando inexecução do contrato;
- d) esgotado o prazo para a retirada do material rejeitado, será aplicada a multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do material, por dia de permanência excedente;
- e) até 10% (dez por cento) do valor do serviço executado ou em execução, quando contrariar normas técnicas da ABNT, CORPO DE BOMBEIROS, do fabricante ou do Edital, independentemente de obrigatoriedade de refazimento do serviço ou da substituição do material ou equipamento;
- f) 10% (dez por cento), pela inexecução parcial ou total do contrato, sobre o valor a contratação, bem como quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. Se o valor da multa não for depositado em conta do **CONTRATANTE** será automaticamente descontado da primeira parcela de preço em que a **CONTRATADA** vier a fazer jus, acrescidos dos índices estabelecidos para os débitos fiscais e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor da multa.

Parágrafo terceiro. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste Ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à Administração pela Lei nº 8.666/93, acarretará as seguintes consequências:

- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
- retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, sem expressa autorização do **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. O **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

Parágrafo segundo. Não será permitida a subcontratação total do objeto e a transferência ou cessão das obrigações contratuais a terceiros, salvo a subcontratação de serviços específicos contidos no projeto básico durante a execução da obra, após prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**. Não será permitido, ainda, a associação, cisão ou incorporação do objeto do contrato por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A execução de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser subcontratada à empresa de engenharia devidamente



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

registrada no CREA/AM e com qualificação técnica compatível com o item que pretenda executar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado sob forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**, nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- a) Lei nº 8.666/93 – Licitações e Contratos;
- b) Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- c) Lei nº 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro;
- d) Lei nº 6.496/77 – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- e) Lei nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
- f) Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a ABNT NBR 7229/93 e 13969/97;
- g) Diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2006 e Resolução COMDEMA nº 131/2006 (Lei 1192/97 – PRO-ÁGUAS do Município de Manaus).
- h) Demais legislações supervenientes e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente, aplicada à construção civil, em especial as emitidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela Administração Superior do **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Manaus, __ de _____ de 20__

CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

**ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/ CREDENCIAL**

OUTORGANTE

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc)

OUTORGADO

Representante devidamente qualificado

OBJETO

Representar a Outorgante no Pregão nº _____

PODERES

Apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de abertura de propostas e de documentos de habilitação, oferecer lances verbais, assinar ata, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, prestar declaração, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, _____ de _____ de 20____

EMPRESA
CARGO E NOME

OBS: Se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada; será necessário comprovar os poderes para fazer a declaração acima.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que a empresa:

1. Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no item 5.1.1.3, inclusive o estabelecido nos subitens 3.2.1 e 3.2.2., para os devidos fins elencados no art. 9º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93.
2. Cumpre o Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
3. Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual.
4. A prestação dos serviços está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, se for o caso, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes.
5. Recebi o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.
6. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.

Manaus, ____ de _____ de 2011

EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EPP

Procedimento Interno nº 432459/2010
Pregão Presencial nº ____/2011

À
Comissão Permanente de Licitação

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 5.1.1.4 do Edital do Pregão supracitado, sob as sanções administrativas e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a Empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº, de 14 de dezembro de 2006.

Manaus, de de 2011.

.....
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:

Identidade:

Órgão expedidor:

Carimbo com CNPJ:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Manaus, em ____ de _____ de _____

Representante legal do licitante, com identificação completa



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO VII MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A (empresa) estabelecida na vem apresentar proposta para **execução das obras em regime de empreitada por preço global** do Pregão Presencial nº ____/2011-CPL, promovida pelo Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, pelo valor global de R\$, (.....).
Declara ainda que:

1. A proposta formalizada através desta carta é válida por **60 (sessenta) dias**, a contar da apresentação.
2. O prazo de execução dos serviços e obras acima descritos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço por esta empresa, será de (**.....**) **dias**, conforme estabelecido no Edital e Projeto Básico.
3. Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados;
4. A empresa não possui sócios, diretores, gerentes ou quadro técnico, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até 3º grau, de funcionário público, inclusive dos membros, vinculados ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** ou à CPL ou de servidores ocupantes de função de confiança ou de cargo de direção, chefia e assessoramento.
5. Dispõe dos efetivos mínimos de equipamento e pessoal técnico para condução dos serviços em tempo hábil, nos termos do Art. 30, inciso II da Lei 8666/93, para realização do objeto da licitação.

OBSERVAÇÕES:

1. Informar a marca e o modelo de referência do equipamentos e materiais necessários à execução da obra, conforme subitem 7.2.6 do Edital.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

2. Dados Bancários: (nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente).

Local e data:

(assinatura)
(nome do representante legal pela empresa)
(CPF)



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011-CPL/MP/PGJ

ANEXO VIII
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

A planilha orçamentária deverá ser preenchida pelos licitantes com custos unitários de cada item de serviço. O BDI que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI e apresentá-la, conforme modelo de tabela abaixo, com base na fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na Planilha Orçamentária e o lucro.

UF: Manaus/AM

OBRA: Instalação e fornecimento de ETE compacta, execução de obras civis preliminares e demolição de ETE existente para atender à nova sede administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM

DATA: FEV/2011

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PERCENT.
1 - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O PREÇO DE CUSTO (PIC)			7,31
1.1 - Administração Central		%	5,50
1.2 - Riscos e Contingências		%	1,00
1.3 - Custo Financeiro		%	0,81
2 - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O PREÇO DE VENDA (PIV)			14,15
2.1 - Impostos		%	5,65
2.1.1 - PIS		%	0,65
2.1.2 - COFINS		%	3,00
2.1.3 - ISS		%	2,00
2.2 - Lucro Bruto		%	8,50
BDI (%) =			25,00

OBS: Fórmula para o cálculo do BDI (%) = $\{ [(100 + \text{ITEM 1}) / (100 - \text{ITEM 2})] - 1 \} \times 100$